

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JESSICA BORGES DE OLIVEIRA CABREIRA
LUANA REGINA GARCIA**

***RANKING* DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ NA PERS-
PECTIVA DOS ÍNDICES ECONOMICOS E FINANCEIROS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PATO BRANCO
2021**

JESSICA BORGES DE OLIVEIRA CABREIRA
LUANA REGINA GARCIA

**RANKING DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ NA
PERSPECTIVA DOS ÍNDICES ECONOMICOS E FINANCEIROS**

Ranking of municipalities in the southwest of Paraná from the perspective of economic and financial indexes

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Câmpus Pato Branco.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Mara lesbik Valmorbida

PATO BRANCO

2021



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Esta licença permite download e compartilhamento do trabalho desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-lo ou utilizá-lo para fins comerciais.

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

**JESSICA BORGES DE OLIVEIRA CABREIRA
LUANA REGINA GARCIA**

***RANKING DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ NA
PERSPECTIVA DOS ÍNDICES ECONOMICOS E FINANCEIROS***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Data de aprovação: 11 de agosto de 2021

Dr^a. Sandra Mara Iesbik Valmorbida
Doutora em Ciências Contábeis
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco

Dr. Eliandro Schvirck
Doutor em Administração e Mestre em Ciências Contábeis
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco

Dr. Luiz Fernando Casagrande
Doutor e Mestre em Engenharia; Bacharel em Ciências Contábeis
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco

**PATO BRANCO
2021**

“Eu, Jéssica, dedico este trabalho a minha mãe (*in memoriam*) que sempre me deu apoio e nunca perdeu a fé em meus sonhos, sua lembrança me inspira e me faz prosseguir”.

AGRADECIMENTOS

Somos gratas aos professores que contribuíram em nossa trajetória acadêmica, especialmente a nossa orientadora Prof^ª. Dra^a. Sandra Mara lesbik Valmorbida por acreditar em nossa capacidade e por compartilhar sua sabedoria, seu tempo e suas experiências.

Expressamos nossa gratidão à UTFPR, por toda a estrutura oferecida e a cada um de seus servidores por proporcionarem aos estudantes uma Universidade Pública de qualidade.

Agradecemos a Deus por abençoar nosso caminho e nos conceder força e persistência nos momentos de dificuldade.

Agradecemos aos familiares e amigos que sempre nos incentivaram ao longo de nossa jornada acadêmica.

Eu, Jéssica, agradeço especialmente ao meu esposo Rafael por todo o incentivo, e por nunca desistir de mim.

Eu, Luana, agradeço a minha mãe, Eloir, pelo apoio em todos os momentos da minha trajetória acadêmica.

RESUMO

Contemplando a atribuição de suprir as demandas sociais, a administração pública, deve estabelecer mecanismos que possam demonstrar à sociedade sua capacidade de perseguir os objetivos previamente definidos e gerar resultados. Tendo como premissa tal função, o propósito deste estudo é avaliar o desempenho econômico-financeiro dos municípios do Sudoeste do Paraná no período entre 2017 e 2020, que compreende o último mandato da gestão municipal, por meio da construção de um *ranking* de análise orçamentária e financeira adaptado do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Os indicadores utilizados para avaliação foram extraídos do anuário financeiro dos municípios portugueses um estudo que, avalia, anualmente o desempenho econômico e financeiro dos municípios de Portugal. Os dados utilizados para cálculo dos indicadores foram extraídos dos balanços das prefeituras divulgados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). A proposição do *ranking* baseou-se em onze indicadores que identificaram o desempenho econômico-financeiro dos municípios da região, a categorização por número de habitantes segregou os municípios em grandes, médios e pequenos. Os resultados do estudo apontaram que, os municípios pequenos foram destaques positivos no período analisado, ocupando as 22 primeiras posições do *ranking*. Quanto à classificação, o primeiro colocado do *ranking* foi o município de Cruzeiro do Iguaçu, e a última posição foi ocupada pelo município de Pinhal de São Bento. Este estudo possibilitou o desenvolvimento de um instrumento de mensuração, e avaliação do desempenho da gestão pública.

Palavras-Chave: Gestão de recursos públicos, contabilidade pública, demonstrações contábeis, índices econômicos e financeiros, Sudoeste do Paraná, *Ranking*.

ABSTRACT

Contemplating a perfect way of meeting social demands, a public administration must establish mechanisms that demonstrate to society its capacity to pursue the defined objectives and generate results. Based on this function, the purpose of this study is to assess the economic and financial performance of municipalities in the Southwest of Paraná in the period between 2017 and 2020, which comprises the last term of municipal management, through the construction of a ranking of budget analysis and adapted from the Financial Yearbook of Portuguese Municipalities. The indicators used for evaluation were taken from the financial yearbook of Portuguese municipalities, a study that annually assesses the economic and financial performance of municipalities in Portugal. The data used to calculate the indicators were extracted from the balance sheets of the city halls published in the Accounting and Tax Information Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). The ranking proposal was based on eleven indicators that identified the economic-financial performance of the region's municipalities, the categorization by number of inhabitants segregated the municipalities into large, medium and small. The results of the study showed that small municipalities were positive highlights in the period analyzed, occupying the 22 first positions in the ranking. As for the classification, the first place in the ranking of the municipality of Cruzeiro do Iguaçu, and the last position was occupied by the municipality of Pinhal de São Bento. This study enabled the development of an instrument for public assessment, and evaluation of the performance of public management.

key words: Management public resources, public accounting, accounting statements, economic and financial Indexes, Southwest of Paraná, ranking.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Grupos de Indicadores para análise das demonstrações públicas segundo Platt Neto.....	27
Quadro 2 - Indicadores de análise da gestão pública segundo Kohama	28
Quadro 3- Mapeamento	32
Quadro 4- Índices que compõem o <i>ranking</i> global do anuário Português	34
Quadro 5- Categorização dos municípios	37
Quadro 6- Adaptação dos indicadores selecionados para construção do <i>ranking</i> global.....	40
Quadro 7- Pontuação dos indicadores	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de artigos localizados na busca.....	28
Tabela 2- Habitantes por município.....	37
Tabela 3- Índice de liquidez.....	45
Tabela 4- Índice resultado operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proveitos operacionais.....	47
Tabela 5- Índice percentual de endividamento.....	50
Tabela 6 – Índice passivo por habitante.....	52
Tabela 7- Índice taxa de cobertura financeira da despesa realizada	54
Tabela 8- Índice de prazo médio de pagamento	56
Tabela 9- Índice grau de execução do saldo efetivo	58
Tabela 10- Índice da dívida total	60
Tabela 11– Índice de superávit	62
Tabela 12- Índice impostos diretos por habitante.....	64
Tabela 13- Índice peso passivo consolidado nos rendimentos próprios	66
Tabela 14-Ranking global municípios do Sudoeste do Paraná.....	69
Tabela 15- Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o <i>Ranking</i> Global.....	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2. OBJETIVO GERAL.....	13
1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.4. JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	14
1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1. CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL	16
2.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO.....	18
2.2.1. Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.....	19
2.2.2. Demonstração das Variações Patrimoniais	20
2.2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas	20
2.3. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS.....	21
2.4. GESTÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	23
2.5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	24
2.6. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES POR MEIO DE INDICADORES.....	26
2.7. ESTUDOS PRECEDENTES	28
2.7.1 Anuários dos Municípios Portugueses.....	33
3. METODOLOGIA	35
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	35
3.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	36
3.3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS	41
4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	45
4.1 ÍNDICE DE LIQUIDEZ.....	45
4.2 RESULTADO OPERACIONAL DEDUZIDO DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES SOBRE OS PROVEITOS OPERACIONAIS.....	47
4.3 PERCENTUAL DE ENDIVIDAMENTO.....	49
4.4 PASSIVO POR HABITANTE.....	52
4.5 TAXA DE COBERTURA FINANCEIRA DA DESPESA REALIZADA NO EXERCÍCIO.....	54
4.6 PRAZO MEDIO DE PAGAMENTOS	56
4.7 GRAU DE EXECUÇÃO DO SALDO EFETIVO	58
4.8 ÍNDICE DE DÍVIDA TOTAL.....	60
4.9 ÍNDICE DE SUPERAVIT	62
4.10 IMPOSTOS DIRETOS POR HABITANTE.....	64
4.11 PESO DO PASSIVO EXIGÍVEL CONSOLIDADO NOS RENDIMENTOS PRÓPRIOS	66
4.12 RANKING GLOBAL.....	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERENCIAS	75

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: (I) contextualização e problema de pesquisa; (II) objetivo geral; (III) objetivos específicos; (IV) justificativa, relevância e delimitação da pesquisa.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

No setor privado, quando um investidor aplica suas economias em uma determinada corporação almeja obter o máximo de retorno financeiro para seu investimento, da mesma maneira no setor público o contribuinte que paga seus impostos espera que o valor investido retorne em forma de ações públicas que atendam às necessidades da população GRATERON (1999).

No entanto diferente do setor privado que possui mecanismos objetivos de mensuração de desempenho, como os relatórios de gestão e os lucros que são distribuídos ao final de cada exercício, no setor público não é comum o interesse da população em verificar e fiscalizar a utilização de recursos, visto que o retorno não é diretamente financeiro como no setor privado, e às informações disponibilizadas não são consideradas de fácil entendimento GRATERON (1999).

Ao escolher seus governantes a população almeja que as medidas propostas para a gestão dos recursos públicos resultem em ações que possibilitem a obtenção, circulação, aplicação e consumo de bens e serviços (SILVA, 2007). Neste sentido, para o autor é essencial que a população tenha acesso as informações sobre o desempenho do município, a fim de ter parâmetros para fiscalizar a arrecadação e gestão dos recursos públicos.

De acordo com Souza (2004), o federalismo fiscal e a Constituição Federal, de 1988, representaram marcos para o processo de descentralização administrativa, financeira e social dos municípios, o que proporcionou uma reorganização da gestão pública municipal quanto ao fornecimento de bens e serviços aos munícipes. De

acordo com o autor, considerando este novo cenário se torna fundamental, aprofundar o conhecimento acerca das finanças públicas municipais, uma vez que, os recursos à disposição da esfera local influenciam não só a governança, mas também impactam diretamente o fornecimento de serviços públicos.

Segundo Diniz (2012), conhecer a situação financeira em que o município se encontra, possui papel fundamental para que a administração direcione suas ações de gestão pois, um município que não arrecada recursos suficientes para manter as atividades básicas e honrar compromissos financeiros como remuneração de pessoal e pagamento de fornecedores e torna-se dependente de repasses financeiros das esferas estadual e federal. Para Souza (2004) a gestão pública está baseada na obtenção de recursos, ou seja, arrecadar; administrar e conservar o patrimônio público, e na utilização de recursos patrimoniais para realização dos propósitos do Município.

Neste contexto, as demonstrações financeiras e orçamentárias aplicadas ao setor público são ferramentas essenciais para o controle patrimonial e orçamentário. De acordo resolução CFC Nº 1133/08 (NBCT 16.6) as principais demonstrações são: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, que e devem ser acompanhadas das Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis estão vinculadas ao princípio da transparência fiscal e são regidas por leis, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelece a divulgação dos demonstrativos em meios de fácil acesso, e é essencial que a divulgação esteja aliada à compreensão por parte dos usuários, as informações devem ser divulgadas de maneira clara e objetiva para que se possa tirar conclusões e interpretar (PLATT NETO *et al*, 2007, p.76)

A análise de uma demonstração contábil pode ser realizada de diversas formas, pode ser desenvolvida através da avaliação contábil propriamente dita, ou criando quocientes de acordo com critérios determinados pelo gestor público. A partir da promulgação da LRF, surgiram parâmetros a fim de limitar aplicações de despesas em relação à receita, os quais passaram a ser ferramentas obrigatórias de análise, visando em primeira mão ao cumprimento da legalidade, assim como da gestão e do controle (ANDRADE, 2002).

A mensuração de indicadores que possam demonstrar a efetividade da gestão pública torna-se importante à medida que possa direcionar os esforços para determinada informação e, desta forma indicar aos gestores públicos meios mais efetivos para a tomada de decisão quanto a administração dos recursos públicos (SOARES, *et al.*, 2011).

No Brasil, existem alguns estudos acerca da avaliação de desempenho da gestão pública. Fraga *et al.* (2019) analisaram a transparência da gestão pública em pequenos municípios do Rio Grande do Sul. Varela, Martins e Fávero (2012) que avaliaram o desempenho dos municípios paulistas na aplicação dos recursos da atenção básica à saúde. De Melo e Silva (2014) utilizaram a análise fatorial para mensurar o desenvolvimento do setor rural dos municípios da região Sudoeste Paranaense. Mello e Venzon (2014) estudaram os gastos com saúde, educação e pessoal nos Municípios do Sudoeste do Paraná. Soares *et al.* (2011) desenvolveram *ranking* para a avaliação da gestão dos municípios catarinenses por meio de análise de balanços e métodos estatísticos.

Para Reis, Ferreira e Ferreira (2015) é essencial que sejam desenvolvidos estudos para fortalecer as bases para uma maior transparência na gestão pública, criando instrumentos que possibilitem a população a acompanhar e fiscalizar os atos dos gestores públicos. Bem como, a destinação dada aos recursos disponíveis, e se os mesmos estão sendo investidos para se alcançar o bem social comum almejado.

Tendo em vista essa necessidade de dar publicidade e evidenciar o desempenho econômico-financeiro da gestão pública, emergiu a pergunta que norteia essa pesquisa: Qual o desempenho econômico-financeiro dos municípios do Sudeste do Paraná?

1.2. OBJETIVO GERAL

Com a finalidade de responder o problema de pesquisa, apresenta-se, como objetivo geral do trabalho: Avaliar o desempenho econômico-financeiro dos municípios do Sudoeste do Paraná no período entre 2017 e 2020, que compreende o último

mandato da gestão municipal, por meio da construção de um *ranking* de análise orçamentária e financeira adaptado do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como direcionadores ao entendimento do objetivo geral desta pesquisa apresentam-se como objetivos específicos:

- Evidenciar o desempenho individual de cada município nos indicadores propostos pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses;
- Ranquear os municípios segundo os indicadores da análise orçamentária e financeira apresentados pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

1.4. JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho justifica-se em contribuir com a comunidade acadêmica, pela necessidade de ampliação do debate na área da Contabilidade Pública, mais especificamente da análise financeira e orçamentária das contas públicas, uma vez que, há pouca pesquisa acadêmica direcionada a este campo específico como é observado por Da Roza (2011) destacando que [...] grande parte dos estudos bibliométricos da área contábil refere-se a área privada.

A justificativa deste estudo é apresentar uma ferramenta que demonstre de forma mais simples e clara os resultados e informações das demonstrações contábeis apresentadas pelos entes públicos municipais, comparando entre os municípios a fim de verificar o desempenho de cada um. Busca-se, também, despertar na sociedade em geral, maior interesse social em fiscalizar o uso dos recursos públicos por agentes políticos de forma responsável e transparente.

A presente pesquisa se baseará no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses que hoje é considerado referência no processo de mensuração do desempe-

nho de cada município português. O anuário surgiu em 2005 quando professores universitários se uniram para criar uma espécie de radiografia, com objetivo de analisar através de diversos indicadores as demonstrações financeiras e orçamentais apresentadas nas prestações de contas dos municípios portugueses do ano de 2003, criando um *ranking* de desempenho da gestão pública entre os municípios portugueses (Carvalho, *et al.*, 2005).

Este estudo pretende despertar o interesse dos acadêmicos e profissionais da área contábil em desenvolver projetos que visem auxiliar a sociedade na compreensão dos demonstrativos e relatórios contábeis publicados pelas entidades públicas, possibilitando a abertura para futuras pesquisas neste campo.

O presente estudo estará delimitado à análise dos balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais dos 42 municípios abrangentes na mesorregião do sudoeste do Paraná, e será compreendido pelos demonstrativos apresentados no período entre 2017 a 2020 que compõem o último mandato da gestão municipal.

Desta forma, o presente trabalho buscará evidenciar a situação financeira e orçamentária dos Municípios da Região Sudoeste do Paraná. E, possibilitará a população melhor compreensão das informações que são divulgadas por meio das demonstrações contábeis emitidas pelo setor público.

Será realizada pesquisa bibliográfica para levantamento de estudos anteriores sobre análise das demonstrações públicas no Brasil, a fim de analisar e comparar os resultados obtidos.

1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo é composto por cinco capítulos: (I) introdução, (II) referencial teórico; (III) metodologia de pesquisa; (IV) apresentação e discussão dos resultados (v) considerações finais. E, por fim, as referências serão apresentadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para auxiliar no entendimento do tema proposto neste capítulo serão apresentados estudos bibliográficos que norteiam o tema da pesquisa, e estarão evidenciados da seguinte forma: (I) Contabilidade Pública; (II) Demonstrações Contábeis no Setor Público (III) Orçamento Público (IV) Arrecadação de Recursos Públicos (V) Gestão Financeira dos Municípios Brasileiros; (VI) Lei de Responsabilidade Fiscal; (VII) Estudos Precedentes.

2.1. CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL

A contabilidade pública é o ramo da contabilidade responsável pelo registro e controle dos fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Kohama, 2016).

Conforme Silva (2014), através de seus registros a contabilidade pública possui como objeto dispor aos usuários informações adequadas para tomada de decisões. As informações evidenciadas por meio dos registros contábeis dão suporte aos gestores públicos para a tomada de decisão, prestação de contas e também servem como ferramentas de apoio no processo de responsabilização (*accountability*) (NBCTSP Estrutura Conceitual, 2016).

De acordo com a NBC T 16 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o objeto da contabilidade pública é o patrimônio da entidade pública. Este ramo da contabilidade possui normas e técnicas próprias de contabilidade que são aplicadas por todos os entes que recebam, guardem, apliquem ou movimentem recursos públicos.

Para Soares *et al.* (2011) assim como o patrimônio também são foco da contabilidade pública o orçamento e as práticas da administração pública que, eventualmente, possam modificar qualitativa ou quantitativamente o patrimônio, buscando promover informações para o processo decisório de gestores públicos e prestar contas à sociedade sobre a aplicação dos recursos arrecadados.

Segundo Kohama (2016), o sistema contábil público brasileiro compreende a estrutura para mensuração, avaliação, controle e registo dos atos e fatos da gestão do patrimônio público e, tem o propósito de orientar o processo de decisão, a prestação de contas e o controle social.

A NBC T 16 também define que a contabilidade pública é o ramo da ciência contábil, que reúne os princípios e as normas contábeis voltados à gestão patrimonial de entidades públicas. Proporciona aos usuários suporte no processo de tomada de decisões e prestação de contas, fornecendo informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações.

Segundo Ludícibus e Marion (2007, p.35), “A contabilidade não é uma ciência exata, ela é uma ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Todavia, a contabilidade utiliza métodos quantitativos e qualitativos como sua principal ferramenta.”

Os relatos históricos evidenciam que no Brasil a contabilidade teve suas primeiras manifestações no período da colonização portuguesa, no ano de 1808 durante o reinado de Dom João IV através do ato de emissão de alvará obrigava os “Contadores Gerais da Real Fazenda” a aplicarem o método das partidas dobradas, de Frei Luca Pacioli nas escriturações mercantis (Silva,2014).

No ano de 1922 foi instituído o “Código de Contabilidade da União” e em 1940 o Decreto-Lei nº. 2.416/1940 que regulamentavam a elaboração e a execução dos orçamentos e balanços dos estados e municípios, determinando um modelo-padrão de balanços para essas entidades públicas.

Posteriormente estes instrumentos foram substituídos pela Lei Complementar nº. 4.320/64, essa lei está em vigor servindo como base para nortear o gestor público, apresenta seu foco voltado para o orçamento público e determina as demonstrações que devem ser apresentadas pelas entidades da administração e a estrutura dessas demonstrações (CASTRO, 2010).

Instituída pelo decreto Nº 92452/1986 a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é o órgão central do Sistema de Contabilidade do Poder Executivo, e foi criada com a missão de “gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade dos gastos públicos, com vistas a contribuir para o

desenvolvimento sustentável” ou seja, de estruturar as contas públicas e fornecer instrumentos adequados de planejamento, execução e controle financeiro.

Para facilitar o controle dos gastos públicos, em 2000 foi publicada a Lei Complementar nº 101/2000 conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que é considerada por especialistas como de grande importância para o processo de modernização das contas públicas, pois disciplina o controle de gastos da União, Estados, Distrito Federal e municípios às suas respectivas arrecadações. O capítulo IX da LRF estabelece obrigatoriedade de publicação das informações acerca da execução orçamentária e financeira na rede mundial de computadores, *internet*, uma ferramenta muito importante para a fiscalização dos gastos públicos.

A LRF estabelece normas de finanças públicas, que pressupõem a responsabilização dos atos e fatos públicos e pela transparência da gestão. Para atingir um de seus objetivos, a transparência, a LRF estabeleceu maior publicidade das demonstrações contábeis emitidas pelos entes públicos (BRASIL, 2000).

2.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

O propósito da contabilidade pública é captar, acumular, registrar e interpretar as ocorrências que impactam a situação orçamentária, financeira e patrimonial das entidades públicas, por meio das demonstrações contábeis torna-se possível apurar o patrimônio da entidade (Resolução CFC no 1.133/2008).

Ainda conforme a resolução CFC 1.133, as demonstrações contábeis do setor público são: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, e a partir do ano de 2010 devido a convergência das demonstrações ao padrão internacional deverão ser inclusas, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.

De acordo com a NBC T 16.1, junto das demonstrações contábeis de cada exercício financeiro devem ser anexados, outros demonstrativos exigidos por lei e pelas notas explicativas, e devem ser retiradas dos livros, registros e documentos que compõem o sistema contábil da entidade.

Na publicação das demonstrações contábeis devem ser identificadas a entidade pública e deve conter a assinatura da autoridade responsável e do contabilista da entidade com o devido registro no Conselho Regional de Contabilidade. A publicação das demonstrações contábeis, em cada exercício financeiro, deverá apresentar os valores referentes ao exercício anterior (CFC, 2008).

2.2.1. Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial

Conforme o art. 102 da Lei 4.320/64, “o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas” (BRASIL, 1964). Para Belém (2009), ferramenta de grande importância para o gerenciamento das despesas de qualquer órgão público o Balanço Orçamentário evidencia os montantes fixados para serem usados durante o ano inteiro, a previsão da receita, assim como a Fixação Despesa.

O Balanço Financeiro conforme o art. 103 da Lei 4.320/64, “demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.” (BRASIL, 1964).

De acordo com Belém (2009), o Balanço Financeiro apresenta as informações de saldo inicial, entradas e saídas de recursos e saldo final. As informações evidenciadas correspondem a montantes de recursos, e não é possível extrair informações específicas de cada despesa ou receita, apenas uma noção geral da movimentação financeira mensal da entidade pública.

Para Kohama (2016) O Balanço Patrimonial é composto por duas seções “Ativo” constituído pelos bens e direitos e “passivo e patrimônio líquido” onde são evidenciadas as obrigações. Neste sentido o autor define patrimônio como “o conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente”.

2.2.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

A demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício da entidade. O resultado patrimonial é obtido através da diferença entre as “variações patrimoniais aumentativas” e “variações patrimoniais diminutivas” (KOHAMA 2016, p.298).

Para Kohama (2016) a demonstração das variações patrimoniais pode ser considerada para as entidades públicas, o mesmo que a demonstração de lucros e prejuízos é considerada para as entidades privadas. Comparando que no setor privado busca-se obter o resultado de “lucro” ou “prejuízo” da mesma forma no setor público apura-se “superávit” ou “déficit” evidenciando respectivamente, o aumento ou redução no patrimônio da entidade.

2.2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas

A demonstração dos fluxos de caixa – DFC NBCT 16.6 CFC, dispõe de informações úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil uma avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. E permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

A Demonstração do Fluxo de Caixa, evidencia as movimentações de caixa e equivalentes, e é compreendida por: Fluxo de operações que compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento; Fluxo de investimentos composto por recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza; E o fluxo de financiamentos que contempla recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Portanto, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) evidenciará nas linhas os motivos das alterações nos itens que compõem o patrimônio líquido, segregados em colunas, como, por exemplo, o resultado patrimonial do exercício.

No Brasil, a divulgação da DMPL está prevista apenas quando o ente estatal tiver empresas estatais dependentes. Isso ocorre devido ao fato de as empresas apresentarem movimentações mais complexas em itens que compõem o patrimônio líquido, diferentemente do que ocorre com as entidades da administração direta, autarquias e fundações, que apenas movimentam o patrimônio líquido por meio do resultado patrimonial e eventualmente pelos ajustes de exercícios anteriores.

Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das demonstrações contábeis e são consideradas parte integrante das demonstrações, segundo definição constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público– (MCASP). Conforme o manual o propósito das Notas Explicativas é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Assim, as Notas Explicativas devem ser claras, sintéticas e objetivas.

As Notas Explicativas englobam informações de qualquer natureza exigidas por lei, para evidenciação de determinados aspectos da contabilização pública, bem como exigências de normas contábeis específicas. As Notas Explicativas devem ser emitidas quando informações relevantes devam ser evidenciadas para melhor esclarecimento do comportamento de determinado grupo de contas ou evidenciação de cálculos.

2.3. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964 a receita pública ocorre em três etapas: Lançamento, Arrecadação e Recolhimento. O lançamento é de competência da repartição pública, que identifica a origem do crédito fiscal a pessoa devedora e realiza a inscrição do débito desta. O ato da entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores é reconhecida como arrecadação já o recolhimento

é a transferência dos valores arrecadados aos entes públicos de acordo com sua natureza e sua destinação por disponibilidade a aplicação ao qual foi objeto de sua constituição.

A aplicação dos recursos arrecadados atende ao critério estabelecido pela administração local, e é independente de qualquer consulta ou aprovação do Estado ou da União para o uso deste recurso, mas é imprescindível que a lei orçamentária anual municipal contenha as dotações necessárias para o exercício em que serão aplicadas (RIGHI, 2015).

A melhora da situação fiscal dos municípios, depende da recuperação da economia brasileira, e conseqüentemente, da produção e do consumo, possibilitando o aumento da arrecadação tributária e das transferências da União e dos Estados às cidades. Os municípios podem também incrementar impostos como o IPTU e taxas (lixo, iluminação), pois são recursos, cujo montante arrecadado, pouco dependem do nível de atividade econômica, diminuindo os impactos negativos na arrecadação em períodos recessivos (CARVALHO JUNIOR, 2009).

Os tributos de competência municipal têm sua capacidade de arrecadação perceptível de forma explícita em médios e grandes municípios, onde os municípios de pequeno porte, e predominantemente rurais, o potencial de arrecadação municipal é pouco expressivo (BOVO, 2001).

De acordo com Tomio (2005), alguns municípios são incapazes de sustentar a folha de pagamento somente com recursos próprios, caracterizando uma dependência das transferências do Estado e da União. Sendo a mais relevante delas, a dependência do Fundo de Participação Municipal (FPM), que corresponde a maior fonte de recursos dos municípios de pequeno porte.

Bergamini Júnior (2001) enfatiza que as medidas econômicas brasileiras estabelecidas para melhorar o desempenho dos governos, priorizaram o equilíbrio das contas, e deram enfoque na arrecadação tributária. Surgindo então a necessidade de revisões na legislação que regulamenta a fonte de receitas e a instituição de mecanismos que visem restringir fraudes ou sonegações.

2.4. GESTÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Na administração pública, os gestores “buscam indicadores que mensurem a performance da gestão, em relação as finanças públicas municipais, estaduais e nacionais” como maneira de examinar os resultados das práticas de seus governos (REZENDE, 2006).

O processo de *accountability* engloba os processos de prestação de contas, disponibilidade de informações, desempenho fiscal, a averiguação de possíveis sanções ou punições relativas à prestação de contas, e eventuais incentivos à permanência no governo de uma administração, decorrentes de uma boa gestão fiscal (PRADO, 2004).

De acordo com Menezes (2002), a economia municipal é de extrema relevância para o desenvolvimento da população, porque o município é reconhecido como a instituição que pode levar, de forma mais eficiente e eficaz, a presença do poder público ao interior do país, além de poder desempenhar o papel de agente do desenvolvimento econômico local.

A população dos municípios de pequeno porte é seguramente a que mais sofre as consequências da má gestão pública, se a gestão for irresponsável e houver descumprimento dos resultados planejados, porque quanto menor o município maior a dependência da população em relação aos serviços públicos municipais. Desta forma a instituição da LRF proporcionou medidas de grande relevância para garantir a oferta de serviços públicos essenciais para a população dos inúmeros municípios brasileiros considerados pequenos devido a quantidade de municípios (GERIGK 2011).

Segundo Gerigk (2011), o estreitamento dos meios de tributação e o constante aumento na demanda por infraestrutura e serviços públicos, consequentes da situação econômica e social do país, são fatores relevantes, causadores de boa parte da enorme pressão em que se encontram os gestores municipais. O cenário de grande parte dos municípios brasileiros é de profunda falta de recursos financeiros, que dificulta demasiadamente sua gestão eficaz.

2.5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) foi inserida no âmbito brasileiro em 05 de maio de 2000, ensejando adequação dos gestores aos ordenamentos preconizados em seu texto. O objetivo maior desta lei consiste em “estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”, pressupondo maior controle nas ações do governo e reforçando a questão da transparência das informações à sociedade, conforme consta no art. 1º. Isso trouxe novas reflexões sobre como conduzir o gerenciamento municipal ao estabelecer limites na geração de despesas e o incremento na arrecadação das suas receitas.

Os mecanismos introduzidos pela LRF no sentido de aumentar a arrecadação com tributos municipais acabam por influenciar no gerenciamento das pequenas localidades, que sobreviviam basicamente das transferências constitucionais, pois aquelas de médio e grande porte já possuíam “bem montadas máquinas arrecadoras”, fatores que influenciam diretamente a eficiência na realização dessas receitas, conforme expressa (LINO, 2001).

De acordo com Sacramento e Pinho, (2007) quando a população tem acesso a prestação de contas dos governos e, pode ter conhecimento se estes estão atuando na defesa dos interesses públicos. Há maiores chances de que os políticos que atuam a favor dos interesses dos cidadãos sejam reeleitos e os que não o tenham feito percam as eleições.

Ainda conforme os autores a participação da sociedade na gestão pública tem sido frequentemente mencionada como ato de transparência das contas públicas. Para Nogueira (2004) a participação pode viabilizar o alcance de respostas para as demandas da comunidade, expandir a comunicação entre governantes e cidadãos e proporcionar melhores critérios para a tomada de decisões.

A LRF compreende todas as esferas públicas inclusive, fundações, autarquias, fundos e empresas estatais dependentes de todos os entes da Federação. Sua publicação foi um passo essencial para o avanço na transparência da gestão pública, pois através da LRF foram criados recursos para o controle das contas públicas, de forma a evitar *déficits*; a necessidade de planejar a ação governamental, aplicando os recursos de forma racional e sustentável; controlar as despesas com pessoal e do

montante da dívida pública e transparência da gestão orçamentária e financeira, (LIMA,2008).

A LRF é parte de um conjunto de medidas de políticas econômicas as quais estão submetidas todas as esferas de governo, estando sustentada por certos princípios de gestão que, a partir de sua entrada em vigor, implantaram uma nova mentalidade da gestão fiscal para a administração pública brasileira, e é amparada nos pilares de planejamento, eficiência, controle e transparência. Sendo da responsabilidade de cada entidade a devida prestação de contas à sociedade e aos órgãos pertinentes (CRUZ, 2018).

O artigo 1º da LRF estabelece “normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal”, cujo objetivo é controlar o avanço do endividamento com a fixação de regras, limites e postura gerencial. Uma das ferramentas de controle criada é o “Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Financeira e Relatório de Gestão Fiscal” através dele é possível examinar, periodicamente, o cumprimento dos limites e condições da LRF e ainda, corroborar a efetividade do poder público no controle da execução orçamentária (DALMONECH; TEIXEIRA; SANT’ANNA, 2011).

Conforme Filho José (2008), para assegurar um bom trabalho da gestão pública é essencial a estruturação dos controles interno e externo que busquem evitar e identificar erros, averiguar eventuais desvios ou a utilização indevida dos recursos públicos, constituindo assim uma ferramenta que forneça qualidade e segurança na tomada de decisão.

O cumprimento das metas pelo gestor público direciona as ações da administração pública ao atendimento das demandas da sociedade. Quando a administração é eficiente na execução de ações governamentais, almeja manter o equilíbrio das contas públicas, e a potencialização dos recursos, e manter a satisfação dos usuários, pode-se afirmar que o gestor terá como resultado uma administração de sucesso.

Em consequência da vigência da LRF, a gestão pública passou a direcionar seu foco de atuação para uma gestão pública transparente e responsável que, segundo Nascimento (2006), evidencia princípios de precaução de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas, garantia de equilíbrio nas contas, através da observância de metas de resultados entre receitas e despesas e de ação planejada e transparente.

Portanto a LRF, possui como objetivo aperfeiçoar os controles existentes na Administração Pública, enrijecendo os mecanismos de planejamento e transparência dos recursos, responsabilizando os gestores pelas ações realizadas pela gestão fiscal (SILVA, 2014).

Para Silva (2014) a LRF fundamenta-se em três grandes princípios. Sendo eles o planejamento através da estruturação das ações a fim de otimizar a utilização dos recursos. Transparência quanto a divulgação das realizações da Administração Pública, assegurando o incentivo da participação popular. E o equilíbrio das contas que nada mais é que o cumprimento de metas e obediência aos limites de gastos, para manter a capacidade de desenvolvimento de suas atividades.

2.6. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES POR MEIO DE INDICADORES

Segundo Almeida (2008), a origem dos indicadores esta aliada ao surgimento da estatística, estas apresentaram-se como uma ferramenta de avaliação da sociedade em relação às mudanças ocorridas durante um determinado tempo. Para o autor os indicadores são importantes mecanismos para determinar critérios de comparações, em períodos diferentes, ajudando o governo a ter melhor controle e direção da situação do município.

Com surgimento no Brasil ao final da década de 1990, os indicadores passaram a ser utilizados pelas gestões governamentais, viabilizando a implementação e a discussão de políticas públicas. Os indicadores apresentaram-se como “responsáveis pela demanda de políticas públicas que possam suportar as mudanças sociais.” (ALMEIDA, 2008).

De acordo com Lima e Castro (2000), quando os contadores dos entes públicos apurarem os resultados dos balanços e demonstrativos da entidade, deverão utilizar estes valores para mensuração de indicadores e informes periódicos, para que possam ser utilizados na tomada de decisões e na avaliação da situação econômica, financeira e patrimonial da entidade.

No Brasil, existem diversos estudos que realizam análise das demonstrações contábeis por meio de indicadores, porém, no âmbito das demonstrações públicas

duas pesquisas se destacam neste assunto são elas: Painéis de indicadores contábeis para diagnóstico financeiro e fiscal de municípios apresentada por Platt Neto, (2002) que evidencia seis grupos de indicadores conforme Quadro 1- Grupos de Indicadores para análise das demonstrações públicas segundo Platt Neto Quadro 1.

GRUPO	OBJETIVO DE ANÁLISE
Indicadores de Receita	Apresentar um perfil da receita municipal através da observação do valor monetário das principais e/ou mais relevantes receitas orçamentárias do município, evidenciando sua composição no montante total e sua evolução no tempo
Indicadores de Despesa Econômica	Identificar o perfil da despesa orçamentária municipal, pela classificação econômica, através da observação do valor monetário das principais e/ou mais relevantes despesas orçamentárias do município, sendo evidenciada sua composição no montante total e sua evolução no tempo.
Indicadores Despesa por Função e Governo	Exibir um perfil da despesa orçamentária municipal, pela classificação funcional, através da observação do valor monetário das principais e/ou mais relevantes despesas orçamentárias do município, evidenciando sua composição no montante total e sua evolução no tempo.
Indicadores Patrimoniais	Demonstrar um perfil e do patrimônio contábil do município através da observação do valor monetário dos principais e/ou mais relevantes bens, direitos e obrigações constantes no balanço patrimonial, sendo evidenciada sua composição no montante total e evolução no tempo.
Indicadores Orçamentário, Financeiros e Patrimoniais	Dispor de indicadores diversos envolvendo elementos orçamentários, financeiros e patrimoniais, com base em vários demonstrativos contábeis, visando apresentar aspectos como liquidez, endividamento,
Indicadores Fiscais	Apresentar um conjunto de indicadores que permitam um diagnóstico da situação fiscal do município nos dois últimos exercícios. Com base em limites legais e de alerta, são feitas comparações entre os indicadores e padrões adequados legalmente para cada um. São, portanto, indicadores que envolvem elementos orçamentários, financeiros e patrimoniais que sofrem limitações legais.

Quadro 1- Grupos de Indicadores para análise das demonstrações públicas segundo Platt Neto
Fonte: Adaptado Platt Neto, 2002

Outro destaque com relação ao estudo de indicadores de análise das demonstrações públicas é o de Kohama, (2016), que indica que analisar é proceder a uma investigação dos fatos com base nos dados que apresentados nos balanços e nas demonstrações das variações patrimoniais, o autor apresenta os indicadores evidenciados no Quadro 2 para análise das demonstrações públicas.

Quocientes do Balanço Orçamentário	Quociente da Execução da Receita
	Quociente do Equilíbrio Orçamentário
	Quociente de Cobertura dos Créditos Adicionais
	Quociente da Execução da Despesa
	Quociente da Execução Orçamentária Corrente

	Quociente da Execução Orçamentária de Capital
	Quociente do Resultado Orçamentário
Quocientes do Balanço Financeiro	Quociente da Execução Orçamentária
	Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária
	Quociente da Execução Extraorçamentária
	Quociente do Resultado da Execução Financeira
	Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros
Quocientes do Balanço Patrimonial	Quociente de Liquidez Imediata
	Quociente de Liquidez Corrente
	Quociente de Liquidez Geral
	Quociente da Composição do Endividamento
	Quociente do Resultado Patrimonial
	Quociente da Situação Financeira
Quociente da Demonstração da Variações Patrimoniais	Quociente da Situação Permanente
	Quociente dos Ganhos e Perdas de Ativos
	Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

Quadro 2 - Indicadores de análise da gestão pública segundo Kohama
Fonte: Adaptado Kohama, 2015

O autor destaca que: O importante a ser observado é o fato que os balanços públicos, em que se inclui a demonstração das variações patrimoniais, podem ser analisados e interpretados individualmente, porém, o trabalho de análise e interpretação dessas peças deve ser apresentado de forma consolidada em seu conjunto, pois somente, nessa abrangência é que se terá as melhores condições de análise e interpretação dos resultados apresentados pelos balanços públicos e na demonstração das variações patrimoniais. (KOHAMA, 2015)

2.7. ESTUDOS PRECEDENTES

Para a construção da seção do referencial teórico foram utilizadas as bases de pesquisa Spell, Google Scholar e Scielo, através das buscas foram obtidos os resultados apresentados na Tabela 1:

PALAVRA-CHAVE	PLATAFORMA SPELL	GOOGLE SCHOLAR	PLATAFORMA SCIELO
Gestão de Recursos Públicos	302	778.000	180
Contabilidade Pública	606	172.000	122
Demonstrações Contábeis	691	46.200	98
Índices Econômicos e Financeiros	19	219.000	7
Sudoeste do Paraná	21	64.200	102
<i>Ranking</i>	336	4.820.000	1.248

Fonte: dados da pesquisa 2021.

Foram selecionados alguns estudos acadêmicos com temas semelhantes a esta pesquisa, ou seja, contribuir com a avaliação do desempenho da gestão das entidades públicas e compreender as variáveis que podem influenciar no desempenho e na situação fiscal de tais entidades, como podemos observar no Quadro 3.

AUTORES	OBJETIVO	SEGMENTO DE APLICAÇÃO DO ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS ENCONTRADOS	SIMILARIDADES OU DIVERGÊNCIAS COM A PESQUISA PROPOSTA
Silva, <i>Et Al</i> (2015)	Avaliar o desempenho dos 100 municípios brasileiros com os melhores IDHM, a partir do IDHM, IFDM e IRFS, com a utilização da Análise de Componentes Principais (ACP), a fim de elaborar um único índice e estabelecer o <i>ranking</i> de desempenho.	100 municípios brasileiros com os melhores IDHM	Construção do Índice Geral de Desempenho (IGD) que sugere que os municípios devem se preocupar com endividamento, suficiência de caixa, custeio da máquina, gastos com saúde, saneamento e educação. Os municípios com melhores desempenho são: São Caetano do Sul (SP), Santos (SP) e Vitória (ES)segundo a pesquisa.	O artigo estabelece um <i>ranking</i> de desempenho, porém as amostras utilizadas são diferentes e os parâmetros utilizados para mensuração dos índices também não são os mesmos.
Da Silva, Da Silva (2015)	Avaliar a execução orçamentária dos 50 municípios mais populosos do Brasil por funções de governo, no ano de 2013.	50 municípios mais populosos do Brasil	Constatou-se através do Índice Geral de Desempenho (IGD) que os municípios de Campos dos Goytacazes (RJ), Belo Horizonte (MG) e Caxias do Sul (RS) obtiveram os melhores desempenhos da execução orçamentária por funções de governo no ano de 2013.	O artigo desenvolve a construção de um <i>ranking</i> , porém o objetivo do artigo é avaliar a execução do orçamento dos 50 municípios mais populosos do Brasil, a pesquisa constituirá em um <i>ranking</i> de desempenho dos municípios do Sudoeste do Paraná.
Zanin e Krug (2018)	Verificar se os municípios do sudoeste paranaense violaram os limites total e prudencial de gastos com pessoal no período de 2010 a 2015.	Municípios do Sudoeste do Paraná.	Entre os 42 municípios analisados, a maioria possui boa gestão de gastos com pessoal, sendo que nenhum deles ultrapassou o limite total de gastos com pessoal, no entanto 12 municípios ultrapassaram o limite prudencial. Destes que extrapolaram o limite prudencial, foram alertados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, alguns reduziram seus gastos com pessoal e outros aumentaram essas despesas.	A amostra selecionada se iguala a da pesquisa, porém o foco da pesquisa diverge a este artigo pois serão analisados indicadores mais amplos acerca da administração pública municipal.
Trevisan, et. al (2009)	Estruturar um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira de pequenos municípios brasileiros.	Um município do estado do Rio Grande do Sul	Criação de ferramenta gerencial de fácil compreensão, capaz de atender às necessidades informacionais dos gestores das prefeituras, principalmente as dos pequenos municípios, proporcionando a adoção de medidas capazes de melhorar a sua situação orçamentária, financeira e patrimonial.	O artigo se assemelha com relação aos indicadores e em parte do objetivo da pesquisa, porém a pesquisa também irá demonstrar através de <i>ranking</i> qual município do sudoeste paranaense se destacou na gestão pública municipal entre os anos de 2017 a 2020.

Fiirst, Et Al (2017)	Verificar o nível de eficiência e elaborar um <i>ranking</i> da previsibilidade da receita orçamentária dos municípios do Estado do Paraná entre os exercícios financeiros de 2002 a 2013.	Municípios do estado do Paraná	Grande parte dos municípios do Estado do Paraná apresentaram eficiência na previsibilidade de receitas orçamentárias. Dos 383 municípios pesquisados, 99 alcançaram previsões com índice de eficiência superior a 0,91. Os municípios com menor eficiência de previsibilidade foram Nova Olímpia e Palmas.	Há divergência entre as amostras selecionadas no artigo e na pesquisa e quanto ao objetivo, pois o artigo realizou a construção de um <i>ranking</i> de efetividade baseado na execução da receita orçamentária dos municípios analisados, já a pesquisa constitui-se de análise de outras variantes que impactam no desempenho público.
De Mello e Venzon (2014)	Verificar se os municípios do sudoeste do Paraná estão cumprindo com a Constituição Federal de 1988 e com a LRF no que diz respeito aos limites dos gastos com saúde, educação e pessoal entre os anos de 2001 a 2011.	Municípios do Sudoeste do Paraná	Os municípios no geral não estão gastando os valores limites estabelecido com pessoal, sobrando uma parte de suas RCL para ser gasta com outros serviços necessários, como saúde, educação, habitação, transporte etc. Porém, eles estão gastando mais que o estabelecido com saúde, melhorando assim o atendimento aos que tem necessidades, diminuindo o nível de mortalidade infantil, podendo aprimorar programas como o SUS. Com relação aos gastos com educação os municípios estão gastando o estabelecido, cumprido com a Constituição Federal de 1988.	A amostra selecionada se assemelha a utilizada na pesquisa, porém o foco neste artigo foi o cumprimento legal quanto aos gastos com saúde, pessoal e educação, não foram analisados indicadores mais amplos do desempenho da administração pública municipal
Diniz, Macedo e Corrar (2012).	Avaliar, a partir de uma métrica contábil, a eficiência financeira na gestão dos recursos públicos de municípios brasileiros e mensurar sua relação com os gastos nas funções de governo definidas na estrutura orçamentária brasileira, para municípios que possuíam uma população superior a 200 mil habitantes em 2007.	122 municípios que apresentaram população superior a 200 mil habitantes em 2007.	Os resultados revelaram que, dentre as 28 funções de governo dispostas na execução orçamentária, apenas os gastos per capita com saúde, urbanismo e saneamento correlacionaram-se como os escores de eficiência financeira dos municípios. A maioria dos municípios sofre grande pressão financeira, visto que existe, de maneira geral, alto grau de dependência de transferências intergovernamentais, níveis altos de endividamento e custos fixos elevados, provocando, assim, uma baixa capacidade para atingir estabilidade fiscal a longo prazo e dificuldades para um crescimento sustentável.	O artigo e a pesquisa possuem amostras divergentes, mas se assemelham quanto ao objetivo em mensurar a gestão financeira municipal, os indicadores utilizados no artigo foram extraídos da pesquisa de Brown (1993), já a pesquisa utilizou-se dos indicadores propostos pelo <i>ranking</i> geral do anuário dos municípios Portugueses.

Soares, et al. (2011)	Demonstrar em que medida os índices de análise econômico-financeira podem ser empregados na administração pública a fim de se estabelecer um <i>ranking</i> na gestão dos municípios catarinenses	Municípios do estado de Santa Catarina	Os resultados indicam a importância do emprego da análise de balanços na área pública como ferramenta a ser utilizada no cotidiano da administração governamental. A utilização do método estatístico não linear multivariado por meio da análise de componentes principais permitiu o exame conjunto dos índices empregados para a formação do <i>ranking</i> da gestão fiscal e serve como instrumento para outras análises gerenciais a serem empregadas nas demonstrações da área pública.	Há divergência quanto as amostras utilizadas, porém forma identificadas semelhanças quanto ao objetivo em mensurar a gestão econômico financeira municipal, os indicadores utilizados para construção do <i>ranking</i> também se assemelham com os da pesquisa.
Zuccolotto, Ribeiro e Aberantes (2008)	Avaliar o planejamento municipal através das características do comportamento das finanças públicas das capitais dos estados brasileiros de acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Capitais dos estados brasileiros	De maneira geral, foram encontrados indícios de que, em certas situações, os entes responsáveis pela transparência pública dos municípios utilizam linguagem técnica não acessível aos cidadãos com menores níveis de conhecimento, além de apresentarem dificuldade de busca dentro dos sites das prefeituras. Essa complexidade na apresentação das informações pode acarretar distorções na opinião política e na tomada de decisão dos indivíduos, uma vez que os mesmos acabam por formá-las a partir de percepções, não com base em dados reais. Em muitos casos, não há incentivo à população acessar as informações disponíveis, demonstrando que a devida divulgação não representa efetivamente o acesso.	A pesquisa e o artigo divergem quanto a amostra utilizada, possuem algumas semelhanças quanto ao objetivo de avaliar as finanças públicas, porém os indicadores utilizados na pesquisa foram extraídos dos anuários dos municípios portugueses, já os utilizados no artigo foram desenvolvidos por Matias e Campello (2000).

Quadro 3- Mapeamento
Fonte: dados da pesquisa 2021.

2.7.1 Anuários dos Municípios Portugueses

Para a construção do *ranking* proposto nesta pesquisa, será utilizada como base os indicadores desenvolvidos no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP) que é divulgado anualmente pela Ordem dos Contabilistas Certificados, tem como objetivo ser uma referência no monitoramento da eficiência do uso de recursos públicos pela administração local (FERNANDES, *et al.*, 2018).

No âmbito da análise às demonstrações financeiras e orçamentais, o AFMP é o documento nacional de referência, sintetizando a avaliação do desempenho das autarquias através de uma análise de diversos indicadores tendo por base a prestação de contas anual de cada município português. O AFMP surge de um projeto liderado pelo Prof. Dr. João Carvalho, tendo sido iniciado com a análise à prestação de contas referente ao exercício económico de 2003 (CARVALHO, *et al.*, 2005).

Com publicações anuais a análise das contas dos municípios feita no AFMP é apresentada numa perspectiva nacional, identificando-se através de *rankings* os maiores/melhores e menores/piiores municípios para os mais diversos indicadores (FERNANDES, *et al.*, 2018).

O anuário português possui publicação anual onde compreende diversas análises e comparativos, na 15^o edição o anuário analisou os demonstrativos dos municípios portugueses do exercício civil de 2018. Esta pesquisa baseou na 15^a edição publicada no ano de 2019, de onde foram extraídos onze indicadores essenciais para elaboração do *ranking* global conforme Quadro 4.

N.º	Indicador	Fórmula	Fonte	Ordem de Pontuação
1	Índice de liquidez	$\frac{\text{Dívidas a receber C.P. + disponibilidades}}{\text{dívidas a pagar Curto Prazo}}$	Balanço (Ativo) Balanço (passivo)	Maior rácio = 200
2	Resultado operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proveitos operacionais	$\frac{\text{Proveitos operacionais –(custos operacionais- amortizações-provisões)}}{\text{Proveitos Operacionais}}$	Demonstração de resultados	Maior rácio = 200
3	Peso passivo exigível no ativo	$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{Ativo Total -Bens de domínio Público}}$	Balanço (Ativo) Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
4	Passivo por habitante	$\frac{\text{Dívidas Totais (passivo exigível)}}{\text{Número de Habitantes}}$	Balanço (passivo) INE 2018	Menor rácio = 200
5	Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	$\frac{\text{Despesas Comprometidas para o exercício}}{\text{Receitas Liquidadas}}$	Controlo Orçamental da despesa Controlo Orçamental da receita	Menor rácio = 200
6	Prazo médio de pagamentos	PMP a 31/12/2017 (número de dias)	DGAL	PMP < 30 =100 PMP ≥30<60=50 PMP ≥60=0
7	Grau de execução do saldo efetivo	$\frac{\text{Receitas efetivas Liquidadas - Despesas efetivas Comprometidas}}{\text{Receitas Efetivas Liquidadas}}$	Controlo Orçamental da despesa e da despesa Controlo Orçamental da receita	Maior rácio = 200
8	Índice de dívida total	$\frac{\text{Dívida Total (Passivo exigível -Operações de Tesouraria)}}{\text{Média Das Receitas Correntes nos Últimos Três anos}}$	Balanço (passivo) Controlo Orçamental da receita	Menor rácio = 200
9	Índice de superávit	$\frac{\text{Despesas pagas+(Depósitos e Caixas -Operações de tesouraria)}}{\text{Despesas Comprometidas para o exercício}}$	Controlo Orçamental da despesa, balanço e fluxos de caixa Controlo Orçamental da despesa	Maior rácio = 200
10	Impostos diretos por habitante	$\frac{\text{IMI+IMT+IUC+ derrama}}{\text{N.º de habitantes}}$	Controlo Orçamental da receita INE 2018	Maior rácio = 200
11	Peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios	$\frac{\text{Dívida Total do grupo autárquico (passivo exigível)}}{\text{Rendimentos (proveitos) próprios}}$	Balanço consolidado demonstração de resultado consolidada	Menor rácio = 200
Pontuação máxima				2.000

Quadro 4- Índices que compõem o *ranking* global do anuário Português

Fonte: Fernandes, et. Al. (2019).

3. METODOLOGIA

Este capítulo apresentará as seguintes subseções: (I) enquadramento metodológico; (II) procedimentos para coleta dos dados (III) procedimentos para análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A análise das demonstrações contábeis dos municípios do sudoeste paranaense se dará por meio de um estudo descritivo, com abordagem quali-quantitativa com objetivo de propor um *ranking* de comparação do desempenho entre os municípios da região.

Os dados coletados nesta pesquisa serão de caráter secundário extraídos das demonstrações contábeis dos municípios do Sudoeste do Paraná. Segundo Martins, Theóphilo (2016) “são considerados dados secundários aqueles já coletados que se encontram organizados em arquivos, bancos de dados, anuários estatísticos, publicações etc.”.

Quanto à abordagem do problema, este é um estudo quantitativo. Segundo Sampieri (2013) a pesquisa de caráter quantitativo, traduz em números as opiniões e informações para então obter a análise dos dados e, posteriormente, chegar a uma conclusão. Nesta pesquisa a abordagem quantitativa estará relacionada ao ranqueamento dos municípios, segundo indicadores econômicos e financeiros.

Quanto à coleta de dados para a mensuração dos indicadores, este estudo utilizou como base os dados relativos aos exercícios financeiros do período entre o ano de 2017 e 2020, compreendendo um ciclo completo do exercício executivo e legislativo municipal brasileiro.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados utilizados para composição do *ranking* foram extraídos dos balanços patrimoniais e orçamentários publicados nos anos de 2017 a 2020 dos 42 municípios da mesorregião do sudoeste do Paraná, são eles: Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares, Mangueirinha, Pato Branco, Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara D'Oeste, Mariópolis, Bom Sucesso do Sul, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina, Vitorino, Capanema, Bela Vista da Caroba, Ampére, Perola D'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Bom Jesus do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Boa esperança do Iguaçu, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Barracão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge D'Oeste e Verê (AMSOP, 2020).

Os dados financeiros foram coletados através do endereço eletrônico do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI (https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/publicdeclaração/declaração_list.jsf), onde estão disponibilizados os balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais dos municípios analisados. Com os dados obtidos na coleta serão realizadas análises orçamentárias e financeiras para construção de um *ranking* dos municípios da mesorregião do sudoeste do Paraná.

Os dados populacionais foram extraídos do endereço eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foram utilizadas as estimativas populacionais do ano de 2020. Haja vista que, o último Censo Demográfico realizado no Brasil estimou a população brasileira no ano de 2010.

A metodologia adotada para cálculo dos índices, baseou-se na 15ª edição do anuário português, a qual construiu o *ranking* dos municípios portugueses com base nos balanços do ano de 2018. O plano de contas contábeis adotado no setor público Português segue as Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (IPSAS), bem como as normas também são empregadas na elaboração dos demonstrativos contábeis dos municípios do Sudoeste Paranaense.

Para facilitar a análise dos indicadores adotou-se como critério a classificação dos municípios quanto ao número de habitantes. Foram agrupados em três categorias distintas quanto a sua dimensão em número de habitantes no ano de 2020:

- Municípios pequenos: com população inferior ou igual à 20.000 habitantes;
- Municípios médios: com população superior à 20.000 habitantes e inferior ou igual a 50.000 habitantes;
- Municípios grandes: com população superior a 50.000 habitantes.

Considerando esta categorização, os municípios da mesorregião do sudoeste do Paraná se distribuem da seguinte forma:

Municípios Pequenos > 20.000 habitantes	Municípios Médios < 20.000 > 50.000 habitantes	Municípios Grandes < 50.000 habitantes
36 municípios	03 municípios	03 municípios

Quadro 5- Categorização dos municípios
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

De acordo com o Quadro 5 pode-se observar que os municípios pequenos tem maior representatividade em relação aos demais, sendo 85,72% dos municípios da região, enquanto os municípios médios são 7,14% e grandes também representam 7,14% de municípios da região.

Tabela 2- Habitantes por município

Município	Habitantes	Categoria
Francisco Beltrão	92.216	Grande
Pato Branco	83.843	Grande
Palmas	51.755	Grande
Dois Vizinhos	41.038	Médio
Coronel Vivida	20.580	Médio
Santo Antônio do Sudoeste	20.261	Médio
Ampere	19.311	Pequeno
Chopinzinho	19.167	Pequeno
Capanema	19.148	Pequeno
Realeza	16.950	Pequeno
Mangueirinha	16.642	Pequeno
Clevelândia	16.450	Pequeno
Salto do Lontra	14.872	Pequeno
Santa Izabel do Oeste	14.794	Pequeno
Marmeleiro	14.387	Pequeno

Planalto	13.431	Pequeno
Itapejara D'oeste	12.094	Pequeno
Nova Prata do Iguaçu	10.544	Pequeno
Barracão	10.312	Pequeno
São Joao	10.181	Pequeno
São Jorge do Oeste	9.028	Pequeno
Coronel Domingos Soares	7.518	Pequeno
Verê	7.174	Pequeno
Vitorino	6.859	Pequeno
Renascença	6.787	Pequeno
Mariópolis	6.632	Pequeno
Perola D'oeste	6.288	Pequeno
Enéas Marques	5.933	Pequeno
Saudade do Iguaçu	5.539	Pequeno
Honório Serpa	5.119	Pequeno
Pranchita	5.095	Pequeno
Nova Esperança do Sudeste	5.030	Pequeno
Flor da Serra do Sul	4.603	Pequeno
Cruzeiro do Iguaçu	4.240	Pequeno
Bom Jesus do Sul	3.506	Pequeno
Salgado Filho	3.483	Pequeno
Bela Vista da Caroba	3.457	Pequeno
Bom Sucesso do Sul	3.254	Pequeno
Sulina	2.930	Pequeno
Pinhal de São Bento	2.737	Pequeno
Manfrinópolis	2.506	Pequeno
Boa Esperança do Iguaçu	2.470	Pequeno

Fonte: Adaptado IBGE, 2020.

A Tabela 2 indica a categorização dos municípios da região de acordo com sua quantidade de habitantes.

Para garantir a idoneidade na construção e mensuração dos indicadores que compõem o *ranking* global desta pesquisa quando comparada ao *ranking* Português,

fez-se necessário algumas adaptações, pois determinadas contas embora sejam de mesma natureza, possuem nomenclaturas diferentes nos demonstrativos dos municípios de Portugal e do Brasil conforme apresenta-se no Quadro 6:

INDICADOR	FÓRMULA ANUÁRIOS PORTUGUESES	FÓRMULA ADAPTADA PARA A PESQUISA
Índice de liquidez	$\frac{\text{Dívidas a receber C.P. + disponibilidades}}{\text{dívidas a pagar Curto Prazo}}$	$\frac{\text{Créditos a c.p + Demais créditos e valores a CP+ Caixa e equivalentes de caixa}}{\text{Passivo Circulante}}$
Resultado operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proveitos operacionais	$\frac{\text{Proveitos operacionais –(custos operacionais- amortizações-provisões)}}{\text{Proveitos Operacionais}}$	$\frac{\text{Receitas Correntes –(Despesas Correntes –Provisões CP -Provisões LP)}}{\text{Receitas Correntes}}$
Peso do passivo exigível no ativo	$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{Ativo Total -Bens de domínio Público}}$	$\frac{\text{Passivo Circulante+Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total -Ativo Imobilizado}}$
Passivo por habitante	$\frac{\text{Dívidas Totais (passivo exigível)}}{\text{Número de Habitantes}}$	$\frac{\text{Passivo Circulante+Passivo não Circulante}}{\text{Número de Habitantes do Município}}$
Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	$\frac{\text{Despesas Comprometidas para o exercício}}{\text{Receitas Liquidadas}}$	$\frac{\text{Despesas Empenhadas}}{\text{Receita Realizada}}$
Prazo médio de pagamentos	PMP a 31/12/2017 (número de dias)	$\frac{((\text{Saldo inicial fornecedores e contas a pagar curto prazo+ Saldo final fornecedores e contas a pagar curto prazo}) /2) *360}{\text{Total da Despesa}}$
Grau de execução do saldo efetivo	$\frac{\text{Receitas efetivas Liquidadas - Despesas efetivas Comprometidas}}{\text{Receitas Efetivas Liquidadas}}$	$\frac{\text{Total da Receita Bruta Realizada - Total Geral da Despesa Empenhada}}{\text{Total da Receita Bruta Realizada}}$
Índice de dívida total	$\frac{\text{Dívida Total (Passivo exigível -Operações de Tesouraria)}}{\text{Média Das Receitas Correntes nos Últimos Três anos}}$	$\frac{\text{Passivo Circulante+Passivo não Circulante -Operações de Tesouraria}}{\text{Média Das Receitas Correntes nos Últimos Três Anos}}$
Índice de superávit	$\frac{\text{Despesas pagas+(Depósitos e Caixas -Operações de tesouraria)}}{\text{Despesas Comprometidas para o exercício}}$	$\frac{\text{Total Geral de despesas pagas+(Caixa e Equivalentes de Caixa- Operações de Tesouraria)}}{\text{Total Geral de Despesas Empenhadas}}$
Impostos diretos por habitante	$\frac{\text{IMI+IMT+IUC+ derrama}}{\text{N.º de habitantes}}$	$\frac{\text{Receitas de Impostos e Contribuições}}{\text{Número de Habitantes}}$
Peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios	$\frac{\text{Dívida Total do grupo autárquico (passivo exigível)}}{\text{Rendimentos (proveitos) próprios}}$	$\frac{\text{Passivo Circulante+Passivo não Circulante}}{\text{Receitas correntes +Receitas Correntes Intraorçamentárias}}$

Quadro 6- Adaptação dos indicadores selecionados para construção do ranking global.

Fonte: Dados da pesquisa 2021

3.3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Como indicado no Quadro 6, o *ranking* global proposto por este estudo será composto por onze indicadores, com os quais se propõe evidenciar o desempenho da gestão pública dos municípios do Sudoeste Paranaense nos aspectos financeiro e orçamentário. Para cada indicador será estabelecida uma pontuação entre 01 e 42 pontos. Como se pode verificar no Quadro 7, o município que possuir melhor desempenho no indicador receberá a pontuação máxima e sequencialmente a regressão no número de pontos até chegar a 01 ponto para o município que menos se destacou.

INDICADOR	ORDEM DE PONTUAÇÃO
Índice de liquidez	Maior resultado = 42 pontos
Resultado operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proventos operacionais	Maior resultado = 42 pontos
Percentual de endividamento	Menor resultado = 42 pontos
Passivo por habitante	Menor resultado = 42 pontos
Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	Menor resultado = 42 pontos
Prazo médio de pagamentos	Menor resultado = 42 pontos
Grau de execução do saldo efetivo	Maior resultado = 42 pontos
Índice de dívida total	Menor resultado = 42 pontos
Índice de superávit	Maior resultado = 42 pontos
Impostos diretos por habitante	Maior resultado = 42 pontos
Peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios	Menor resultado = 42 pontos

Quadro 7- Pontuação dos indicadores
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O **indicador de liquidez** apresentado no anuário português demonstra a autonomia dos municípios em pagar as dívidas de curto prazo, ou seja, verifica o quanto há de comprometimento dos saldos das contas a receber somada as disponibilidades para o pagamento das dívidas de curto prazo. Para o cálculo do índice na pesquisa será utilizada a soma dos créditos a curto prazo e saldos de caixa e equivalentes de caixa divididas pelo saldo do passivo circulante, os saldos das contas serão extraídos

dos balanços patrimoniais de cada município. Neste indicador o município com a maior pontuação será o que apresentar a maior liquidez.

O segundo indicador do *ranking* global português é o **resultado operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proveitos operacionais** estabelece o cálculo do resultado operacional extraído da conta de proveitos operacionais os custos operacionais e em seguida divide o valor obtido pelo saldo de proveitos operacionais, e estabelece o percentual de retorno obtido com os proveitos operacionais. Para Fernandez, et. al (2019), mesmo não sendo o lucro a finalidade de um município considera se relevante examinar os resultados econômicos apresentados, essencialmente os resultados operacionais. Para o cálculo nesta pesquisa será utilizado o saldo das receitas correntes subtraído do saldo entre despesas correntes menos provisões de curto prazo menos provisões de longo prazo e o resultado desta operação será dividido pelo saldo de receitas correntes e após, multiplicado por 100 indicando o percentual obtido. Para determinar a pontuação neste indicador o município que apresentar maior percentual receberá a maior pontuação.

O índice que mensura o **percentual de endividamento** indicará o nível de comprometimento da dívida total pelo ativo, porém para construção do cálculo extraiu-se o saldo de bens de domínio público, visto que estes não podem ser alienados. Para a aferição do indicador nesta pesquisa será utilizado o saldo do passivo circulante somado ao saldo do passivo não circulante dividido pelo valor do ativo total reduzido do saldo de ativo imobilizado, os saldos serão extraídos do balanço patrimonial, o município que apresentar o menor resultado neste indicador receberá a pontuação máxima.

O indicador de **passivo por habitante** evidencia no anuário português o valor da dívida global por número de habitantes, atribuindo o total de passivo do município a dimensão populacional. Nesta pesquisa será utilizado a soma do passivo circulante e não circulante dividida pelo número de habitantes do município no ano de 2020, as informações extraídas do balanço orçamentário e do site do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística -IBGE conforme dados evidenciados na Tabela 2. A pontuação máxima será estabelecida para o município que apresentar menor resultado neste indicador.

A **taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício** indica a capacidade financeira de um município em quitar suas dívidas, sendo capaz de indicar

uma situação de risco financeiro, em casos que indicarem coeficiente superior a um em diversos períodos. Para aferição deste indicador será dividido o valor das despesas empenhadas pelas receitas realizadas, o município que resultar o menor valor neste indicador receberá a pontuação máxima.

O **prazo médio de pagamentos** indica a quantidade média de dias que determinado município leva para realizar o pagamento de fornecedores. Para o cálculo deste índice a pesquisa utilizou o saldo inicial de fornecedores e contas a pagar de curto prazo subtraído do saldo final de fornecedores e contas a pagar curto prazo, na sequência o dividiu resultado obtido por dois e multiplicou-se por trezentos e sessenta e finalizou o cálculo dividindo-se o resultado obtido pelo total da despesa do ano analisado. Foi utilizado a técnica de arredondamento para cima nos municípios que apresentaram resultado fracionado, indicando quantidade inteira de dias. O município que indicar menor resultado neste indicador será estabelecida a pontuação máxima.

O indicador do **grau de execução do saldo efetivo** de acordo com o anuário português consiste em verificar se as receitas efetivas são superiores as despesas efetivas. Para o cálculo deste índice as contas contábeis utilizadas foram retiradas dos anexos de receita e de despesa apresentados pelos municípios no período analisado. Neste indicador caso forem observados resultados inferiores a zero evidencia-se que o município gastou mais que arrecadou no ano analisado, espera-se que os resultados obtidos sejam superiores a zero indicando boas práticas de gestão. A pontuação máxima será atribuída ao município que apresentar maior resultado neste indicador

O **índice de dívida total** consiste em medir o grau de endividamento do município com as instituições financeiras, bem como os débitos com terceiros. O resultado é obtido pela soma do passivo circulante com o passivo não circulando diminuindo o valor de operações em tesouraria, divididos pela média das receitas correntes dos últimos três anos. Ao município que apresentar menor resultado neste índice será estabelecida a maior pontuação.

O **superávit** será calculado utilizando as contas contábeis do balanço patrimonial e balanço orçamentário. O valor obtido do total geral de despesas pagas acrescido do valor da diferença entre caixa e equivalentes de caixa e operações em tesou-

raria, divididos pelo total geral de despesas empenhadas, indicará o índice de superávit. A determinação da pontuação máxima será ao município que apresentar o maior resultado neste indicador.

O índice de **impostos diretos por habitante** mensura a média de impostos pagos por habitante e é considerado um dos indicadores mais importantes para a construção do *ranking* global português pois auxilia a mensuração da autonomia financeira dos municípios. A mensuração deste indicador será constituída pela soma do saldo da conta de receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria e o saldo de contribuições dividida pelo número de habitantes de cada município no ano de 2020 estimado pelo IBGE conforme Tabela 2. A pontuação máxima será definida ao município que apresentar maior resultado neste índice.

O **peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios** considera a capacidade que a entidade possui de liquidar as dívidas somente com os rendimentos de natureza própria. Serão utilizadas para o cálculo do numerador o saldo do passivo circulante somado ao saldo do passivo não circulante que constam no balanço patrimonial de cada exercício e, no denominador serão consideradas as contas que mensuram os saldos das receitas correntes somado ao saldo das receitas correntes intraorçamentárias que são evidenciadas no balanço orçamentário anual. Será admitida a pontuação máxima ao município que resultar o menor resultado neste índice

Para a elaboração do *ranking* global serão agrupadas as pontuações obtidas anualmente nos onze indicadores analisados, que indicará uma classificação dos municípios da região sudoeste do Paraná durante o período de 2017 e 2020, que compõem um ciclo completo do mandato de gestão executiva municipal, indicando o melhor desempenho econômico financeiro aos municípios que obtiverem melhor pontuação e conseqüentemente os municípios que menos pontuarem serão identificados como os de pior desempenho.

Para efeito de verificação do desempenho econômico financeiro municipal durante o período analisado será realizada a comparação da pontuação anual de cada município, identificando as variações de desempenho geral dos municípios. Também a classificação através da pontuação acumulada no período de 2017 a 2020 compreendido pelo último mandato dos poderes legislativo e executivo municipais que antecede a elaboração deste estudo.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste tópico são apresentadas a discussão e análise dos dados, que permitem evidenciar os resultados da pesquisa, bem como examinar o desempenho dos municípios da região Sudoeste do Paraná nos aspectos econômico e financeiro.

4.1 ÍNDICE DE LIQUIDEZ

O índice de liquidez mensura a capacidade que determinado município possui em realizar o pagamento de suas dívidas de curto prazo através dos recursos disponíveis para liquidação imediata.

Bem como observado na 15ª edição do anuário Português alguns municípios desta pesquisa não dispunham de parte dos dados necessários para o cálculo deste indicador, são eles Barracão, Flor da serra do Sul, Perola D'Oeste, Renascença e Salgado Filho, desta maneira não foi atribuída pontuação para estes municípios neste indicador para que a classificação frente ao *ranking* pudesse ser mantida.

Na Tabela 3 observa-se que o município de Santa Izabel do Oeste obteve um resultado muito superior aos demais municípios no ano de 2017, que se deve ao saldo de disponibilidades apresentadas R\$ 5.850.905,23 enquanto o passivo possuía saldo de R\$ 4.763,48, indicando que o município possui a capacidade de liquidar seus passivos de curto prazo 1228,284 vezes.

Tabela 3- Índice de liquidez.

Município	Categoria	2017		2018		2019		2020		Pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Vitorino	Pequeno	51,001	39	14,794	33	849,892	42	349,524	41	155
Santa Izabel do Oeste	Pequeno	1228,284	42	24,079	35	39,779	38	188,164	38	153
Realeza	Pequeno	13,959	27	33,962	37	15,614	34	223,511	39	137
São Jorge do Oeste	Pequeno	16,759	31	23,512	34	56,653	40	56,183	31	136
Cruzeiro do Iguaçu	Pequeno	46,835	38	9,611	26	21,407	36	71,171	34	134
Bela Vista da Caroba	Pequeno	63,292	40	2,512	13	41,670	39	538,353	42	134

Saudade do Iguaçu	Pequeno	15,887	29	26,863	36	15,104	32	50,032	30	127
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	18,789	33	13,444	32	12,018	27	60,822	33	125
Chopinzinho	Pequeno	113,402	41	104,962	41	9,233	20	13,742	17	119
Enéas Marques	Pequeno	13,657	25	6,651	22	12,731	30	124,445	37	114
Itapejara D'oeste	Pequeno	16,094	30	9,892	28	17,407	35	16,856	20	113
Salto do Lontra	Pequeno	9,132	21	64,832	40	15,390	33	13,971	18	112
Boa Esperança do Iguaçu	Pequeno	7,424	19	5,441	19	30,010	37	95,684	36	111
Pato Branco	Grande	11,486	23	13,320	31	12,397	28	33,742	27	109
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	27,780	37	12,967	30	9,943	25	10,091	16	108
Bom Jesus do Sul	Pequeno	21,678	36	2,137	11	9,894	23	58,922	32	102
Salgado Filho	Pequeno	8,493	20	36,381	38	-	0	349,346	40	98
Marmeleiro	Pequeno	17,821	32	47,653	39	5,049	16	3,858	8	95
Flor da Serra do Sul	Pequeno	21,254	35	9,850	27	14,680	31	-	0	93
Coronel Vivida	Médio	19,445	34	4,408	18	7,733	19	18,519	21	92
Mariópolis	Pequeno	10,768	22	6,177	20	10,682	26	20,807	22	90
Capanema	Pequeno	4,101	15	6,703	23	9,613	22	28,736	26	86
Perola D'oeste	Pequeno	-	0	191,440	42	1,974	7	90,464	35	84
Honório Serpa	Pequeno	12,231	24	3,948	16	3,751	13	46,382	29	82
Francisco Beltrão	Grande	5,792	18	8,534	25	9,914	24	3,987	9	76
Dois Vizinhos	Pequeno	3,409	13	10,813	29	7,091	18	6,106	12	72
Ampere	Médio	2,183	12	3,333	15	5,995	17	36,281	28	72
Sulina	Pequeno	5,430	16	4,406	17	3,442	12	22,301	24	69
Clevelândia	Pequeno	2,159	11	2,220	12	9,596	21	21,680	23	67
Palmas	Grande	3,489	14	6,466	21	4,349	14	8,297	15	64
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	5,517	17	6,940	24	2,930	11	4,251	10	62
Renascença	Pequeno	-	0	1,000	3	12,618	29	15,380	19	51
Verê	Pequeno	15,210	28	1,374	7	1,985	8	1,885	6	49
Nova Prata do Iguaçu	Pequeno	1,472	7	1,661	8	4,538	15	7,555	14	44
Barracão	Pequeno	-	-	-	0	543,821	41	0,087	1	42
Pranchita	Pequeno	1,950	9	2,055	10	2,688	10	5,177	11	40
Manfrinópolis	Pequeno	13,899	26	1,128	5	1,378	3	0,593	2	36
Mangueirinha	Pequeno	1,612	8	3,169	14	2,132	9	1,709	5	36
Coronel Domingos Soares	Pequeno	0,779	1	0,754	1	1,796	6	23,336	25	33
Planalto	Pequeno	2,103	10	1,923	9	1,747	5	3,847	7	31
Pinhal de São Bento	Pequeno	1,220	6	1,229	6	1,379	4	6,454	13	29
São Joao	Pequeno	1,003	5	0,876	2	1,117	2	1,490	4	13

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Pode-se observar no índice de liquidez que os municípios classificados como de categoria pequena foram destaque bem como, na 15ª edição do anuário Português, este resultado pode ser constatado devido ao baixo índice de endividamento dos pequenos municípios.

O município que melhor se destacou Vitorino que recebeu o total de 155 pontos e é de categoria pequena, dentre os municípios da categoria grande o que mais se destacou foi Pato Branco com 109 pontos e entre os médios o que mais pontuou foi Coronel Vivida com 92 pontos. O município de menos destaque neste indicador foi São João recebeu apenas 13 pontos na classificação deste indicador.

Outro ponto observado neste indicador são os municípios que apresentaram no período o indicador inferior a 1,000, o que representa que naquele período o município não dispunha de recursos suficientes para liquidar seus passivos de curto prazo, os municípios que apresentaram o indicador inferior a um no período foram: Barracão, Coronel Domingos Soares, Manfrinópolis e São João.

4.2 RESULTADO OPERACIONAL DEDUZIDO DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES SOBRE OS PROVEITOS OPERACIONAIS

Ainda que no setor público a finalidade da gestão não é atingir resultados financeiros, a avaliação do resultado operacional das entidades públicas é muito importante, ao passo que demonstra a capacidade do município de gerar receitas suficientes para o pagamento das despesas geradas no período, demonstrando também a independência financeira do município na manutenção de serviços públicos essenciais.

Tabela 4- Índice resultado operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proveitos operacionais.

Município	Categoria	2017		2018		2019		2020		pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Mariópolis	Pequeno	156,75%	42	159,77%	42	181,65%	41	179,91%	42	167
Nova Prata do Iguaçu	Pequeno	105,40%	41	112,29%	41	118,29%	40	141,55%	41	163
Renascença	Pequeno	29,99%	36	110,36%	40	435,70%	42	131,17%	40	158
Barracão	Pequeno	52,72%	40	89,75%	38	52,04%	36	63,47%	36	150
Santa Izabel do Oeste	Pequeno	30,03%	37	109,05%	39	40,67%	35	69,33%	37	148
Planalto	Pequeno	30,53%	38	27,75%	32	69,95%	37	85,35%	38	145

Francisco Beltrão	Grande	47,93%	39	42,13%	36	40,16%	34	38,65%	32	141
Itapejara D'oste	Pequeno	25,86%	33	27,03%	31	23,29%	25	26,18%	28	117
Flor Da Serra do Sul	Pequeno	18,77%	19	20,75%	20	95,11%	38	110,25%	39	116
Pato Branco	Grande	8,61%	1	76,89%	37	115,99%	39	55,64%	35	112
Honório Serpa	Pequeno	24,81%	32	22,63%	24	21,88%	21	31,61%	31	108
São Jorge do Oeste	Pequeno	21,16%	27	22,88%	25	23,58%	26	28,82%	29	107
Pranchita	Pequeno	26,57%	34	31,22%	33	28,98%	32	19,05%	7	106
Salgado Filho	Pequeno	23,83%	31	24,11%	29	22,04%	23	23,92%	21	104
Clevelândia	Pequeno	21,93%	28	23,91%	28	23,67%	27	20,70%	11	94
Bela Vista da Caroba	Pequeno	27,15%	35	-228,88%	1	24,21%	28	25,89%	27	91
Saudade Do Iguaçu	Pequeno	17,06%	8	31,68%	34	29,47%	33	21,90%	16	91
Salto do Lontra	Pequeno	20,58%	24	25,96%	30	24,47%	29	19,04%	6	89
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	19,85%	21	23,30%	26	21,04%	18	24,97%	23	88
Chopinzinho Boa Esperança do Iguaçu	Pequeno	17,11%	9	18,14%	11	25,24%	30	44,1%	33	83
Ampere	Pequeno	19,60%	20	23,38%	27	21,31%	19	21,87%	15	81
Cruzeiro do Iguaçu	Pequeno	15,89%	6	16,19%	7	27,47%	31	48,97%	34	78
São Joao Enéas Marques	Pequeno	20,88%	26	19,70%	17	19,75%	15	22,48%	17	75
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	17,23%	11	21,06%	21	20,02%	16	25,74%	26	74
Sulina	Pequeno	20,72%	25	20,27%	18	15,86%	6	24,08%	22	71
Mangueirinha	Pequeno	17,11%	10	21,68%	23	21,42%	20	21,42%	14	67
Vitorino	Pequeno	22,78%	29	19,33%	15	18,23%	14	19,49%	8	66
Manfrinópolis	Pequeno	20,01%	23	37,02%	35	-0,61%	1	17,50%	5	64
Dois Vizinhos	Pequeno	16,23%	7	21,32%	22	5,41%	2	28,86%	30	61
Realeza	Pequeno	23,29%	30	7,18%	2	23,27%	24	17,01%	4	60
Bom Jesus do Sul	Médio	18,61%	18	18,29%	14	17,98%	13	21,06%	12	57
Marmeleiro	Pequeno	19,97%	22	18,22%	12	17,91%	11	20,12%	9	54
Palmas Pinhal de São Bento	Pequeno	18,00%	13	13,38%	5	22,02%	22	21,23%	13	53
Perola	Pequeno	18,09%	15	18,27%	13	14,29%	5	22,68%	19	52
D'oste	Grande	14,98%	3	20,35%	19	17,65%	10	23,85%	20	52
Capanema	Pequeno	17,32%	12	19,66%	16	20,42%	17	14,59%	2	47
Coronel Domingos Soares	Pequeno	18,54%	17	12,77%	4	16,00%	7	22,64%	18	46
Coronel Vívica	Pequeno	18,09%	16	17,04%	10	17,60%	9	20,67%	10	45
	Pequeno	15,23%	5	14,62%	6	10,35%	3	25,42%	24	38
	Médio	15,15%	4	12,01%	3	12,75%	4	25,62%	25	36

Santo Antônio do Sudoeste	Médio	18,05%	14	16,42%	9	16,35%	8	16,58%	3	34
Verê	Pequeno	13,68%	2	16,34%	8	17,92%	12	14,52%	1	23

Fonte: dados da pesquisa 2021

Na Tabela 4 estão dispostos os resultados operacionais dos municípios, os percentuais de retorno das receitas correntes indicaram que grande maioria dos municípios arrecadaram um montante superior as despesas correntes do período.

Apenas Bela Vista da Caroba no ano de 2018 apresentou um saldo de despesas correntes de R\$ 12.772.133,92 enquanto as receitas operacionais foram de R\$ 3.873.465,73 indicando insuficiência operacional neste ano, e Mangueirinha no ano de 2019 que apresentou receitas correntes no valor de R\$ 76.651.488,81 e despesas correntes R\$ 77.116.843,94 observando-se também resultado negativo.

Neste sentido, Silva, *et al.*, (2015) avaliaram o desempenho dos 100 maiores municípios brasileiros, e observaram em seu estudo que 54 dos 100 municípios analisados apresentaram valores de *scores* negativos, o que para os autores indica a necessidade de os municípios darem foco ao endividamento, suficiência de caixa, custeio da máquina, gastos com saúde, saneamento e educação.

O município que mais se destacou nesse indicador foi o de Mariópolis que é de categoria pequena, obtendo maior pontuação em três dos quatro anos analisados, somando 167 pontos na classificação geral. Dentre os municípios de categoria média o destaque foi o município de Dois Vizinhos com 57 pontos no total do indicador. E na categoria dos grandes municípios o maior destaque foi Francisco Beltrão com 141 pontos. O município que obteve menor pontuação neste indicador no período analisado foi Verê que é de categoria pequena.

4.3 PERCENTUAL DE ENDIVIDAMENTO

O indicador compara os saldos de passivos a pagar com os saldos de ativo excluídos do imobilizado, resultando no percentual de ativo que é comprometido com as despesas a pagar. O Índice evidenciará a eficácia da gestão orçamental, quando o município apresentar percentual superior a 100% neste indicador será considerado que a gestão no período não foi eficaz.

A Tabela 5 indica a representatividade do passivo exigível perante ao total de ativos excluídos das contas de imobilizado dos municípios do Sudoeste do Paraná no período entre 2017 a 2020, o indicador revelou que aproximadamente 40% dos municípios apresentaram saldo de passivos superiores aos ativos excluídos do imobilizado. Sugerindo um possível endividamento dos municípios analisados.

Em consonância o estudo de Da Silva, Da Silva (2015) desenvolveu um *ranking* de desempenho da execução orçamentária dos 50 municípios brasileiros mais populosos no ano de 2013. Entre os resultados observados os autores destacam que maior gasto público, não necessariamente garante maior eficiência na gestão, em virtude da existência de fatores que influenciam no desempenho da gestão como a corrupção e o desperdício.

Tabela 5- Índice percentual de endividamento

Município	Categoria	2017		2018		2019		2020		Pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Realeza	Pequeno	7,14%	38	2,93%	42	6,40%	41	0,45%	42	122
Marmeleiro	Pequeno	2,45%	42	3,89%	41	11,31%	36	16,44%	34	117
Enéas Marques	Pequeno	10,16%	36	14,87%	36	7,69%	40	0,80%	41	113
Bela Vista da Caroba	Pequeno	2,96%	41	29,25%	33	10,01%	37	4,39%	38	112
Cruzeiro do Igu-açu	Pequeno	4,77%	39	10,40%	37	4,67%	42	7,20%	36	112
Saudade do Igu-açu	Pequeno	15,92%	35	9,74%	39	9,53%	38	4,91%	37	111
Bom Jesus do Sul	Pequeno	4,31%	40	42,24%	27	9,28%	39	1,57%	40	107
Salgado Filho	Pequeno	25,70%	29	10,32%	38	14,05%	35	18,66%	33	100
Capanema	Pequeno	45,94%	22	23,75%	35	18,28%	34	7,63%	35	92
Manfrinópolis	Pequeno	7,18%	37	55,00%	24	36,22%	31	43,51%	26	87
Chopinzinho	Pequeno	23,09%	32	34,46%	31	39,06%	28	52,99%	23	86
Honório Serpa	Pequeno	17,73%	33	43,10%	26	45,61%	25	50,83%	24	83
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	44,07%	23	50,23%	25	64,48%	17	28,61%	30	78
Dois Vizinhos	Médio	40,15%	25	37,92%	28	38,36%	29	46,34%	25	78
Mangueirinha	Pequeno	32,85%	27	30,53%	32	50,79%	22	71,12%	18	77
Perola D' oeste	Pequeno	35,82%	26	34,61%	30	59,03%	19	58,08%	21	77
Palmas	Grande	53,82%	18	34,96%	29	31,88%	33	30,87%	29	76
Pranchita	Pequeno	50,86%	19	4,83%	40	36,97%	30	80,29%	13	72
Flor da Serra do Sul	Pequeno	29,05%	28	24,81%	34	81,45%	11	94,56%	7	69

Verê	Pequeno	24,45%	31	72,74%	16	50,38%	23	53,04%	22	69
Coronel Vivida	Médio	25,09%	30	65,64%	18	78,57%	12	72,45%	17	65
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	72,60%	12	60,31%	21	40,98%	27	24,11%	32	65
Vitorino	Pequeno	81,32%	11	56,88%	23	35,08%	32	35,62%	28	62
Salto do Lontra	Pequeno	123,02%	8	58,50%	22	47,22%	24	43,36%	27	57
Coronel Domingos Soares	Pequeno	127,52%	7	131,71%	9	55,41%	20	4,27%	39	55
Boa Esperança do Iguaçu	Pequeno	127,61%	6	67,20%	17	43,53%	26	27,68%	31	54
São Jorge do Oeste	Pequeno	42,32%	24	89,07%	14	74,24%	14	76,02%	15	53
Francisco Beltrão	Grande	71,02%	14	64,45%	19	62,99%	18	72,59%	16	49
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	63,46%	17	62,94%	20	116,04%	7	87,31%	11	48
Sulina	Pequeno	65,88%	16	99,38%	12	87,32%	10	61,43%	19	47
Renascença	Pequeno	16,28%	34	131,58%	10	548,41%	1	136,91%	2	46
Ampere	Pequeno	118,48%	9	85,11%	15	51,55%	21	81,34%	12	36
Planalto	Pequeno	47,54%	20	564,49%	1	78,22%	13	79,28%	14	35
Pato Branco	Grande	46,37%	21	186,50%	3	224,13%	2	93,42%	9	33
Barracão Itapejara	Pequeno	72,44%	13	137,17%	8	72,37%	15	88,75%	10	31
D'ooeste	Pequeno	100,51%	10	91,46%	13	101,16%	8	94,12%	8	31
Pinhal de São Bento	Pequeno	131,43%	5	165,45%	4	118,27%	6	58,55%	20	29
Santa Izabel do Oeste	Pequeno	66,27%	15	251,60%	2	66,21%	16	105,90%	6	23
Clevelândia	Pequeno	141,35%	4	131,43%	11	97,82%	9	108,46%	5	20
São Joao	Pequeno	145,54%	3	147,54%	7	118,45%	5	127,51%	4	14
Mariópolis	Pequeno	154,64%	2	153,04%	6	173,18%	3	164,04%	1	9
Nova Prata do Iguaçu	Pequeno	179,35%	1	163,27%	5	123,20%	4	131,90%	3	9

Fonte: Dados da pesquisa 2021

O município de Realeza destacou-se neste indicador obtendo a pontuação de 122 pontos ficando em primeiro lugar na pontuação geral, dentre os municípios considerados grandes o destaque positivo foi o município de Palmas com 76 pontos, já para os municípios de categoria média considerou-se destaque o município de Dois Vizinhos com 78 pontos.

Neste indicador, a pesquisa identificou que, houve municípios que possivelmente apresentaram grandes dificuldades para cumprir com as obrigações de passivo, como é o caso do município de Renascença que apresentou no ano de 2019 um resultado de 548,41% pois seu passivo no ano era de R\$ 138.178.228,62 enquanto seu ativo descontando o imobilizado era R\$ 25.196.340,93.

4.4 PASSIVO POR HABITANTE

A análise do valor de passivo por habitante associa o nível de passivo com a dimensão populacional de cada município, uma das principais observações deste indicador foi que os municípios com mais habitantes não estão entre os destaques positivos do indicador.

Tabela 6 – Índice passivo por habitante

Município	Catego- ria	2017		2018		2019		2020		Pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Enéas	Pequeno	R\$ 49,61	38	R\$ 91,08	38	R\$ 29,37	42	R\$ 4,94	42	160
Marques	Pequeno	R\$ 64,10	36	R\$ 28,84	42	R\$ 68,65	39	R\$ 5,81	41	158
Realeza	Pequeno	R\$ 39,68	40	R\$ 71,08	39	R\$ 38,36	41	R\$ 82,52	37	157
Cruzeiro Do Iguaçu	Pequeno	R\$ 22,86	42	R\$ 249,33	32	R\$ 64,57	40	R\$ 37,03	39	153
Bela Vista da Caroba	Pequeno	R\$ 23,96	41	R\$ 44,53	40	R\$ 129,45	36	R\$ 263,90	32	149
Marmeleiro	Pequeno	R\$ 62,04	37	R\$ 408,35	26	R\$ 107,49	38	R\$ 20,07	40	141
Bom Jesus do Sul	Pequeno	R\$ 239,81	29	R\$ 135,62	36	R\$ 115,87	37	R\$ 178,82	35	137
Capinema	Pequeno	R\$ 252,28	27	R\$ 114,60	37	R\$ 142,55	35	R\$ 157,83	36	135
Salgado Filho	Pequeno	R\$ 249,26	28	R\$ 168,63	34	R\$ 264,75	33	R\$ 300,90	31	126
Palmas Perola	Grande	R\$ 159,39	33	R\$ 154,38	35	R\$ 264,86	32	R\$ 436,23	25	125
D'oeste	Pequeno	R\$ 145,66	35	R\$ 358,14	27	R\$ 275,19	31	R\$ 333,27	28	121
Verê	Pequeno	R\$ 300,29	24	R\$ 32,04	41	R\$ 284,06	30	R\$ 688,06	19	114
Pranchita	Pequeno	R\$ 401,55	20	R\$ 313,30	30	R\$ 314,86	28	R\$ 263,01	33	111
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	R\$ 292,03	25	R\$ 295,98	31	R\$ 365,75	25	R\$ 400,76	27	108
Dois Vizinhos	Médio	R\$ 388,03	21	R\$ 342,45	28	R\$ 293,63	29	R\$ 309,24	30	108
Salto do Lontra	Pequeno	R\$ 286,52	26	R\$ 415,06	25	R\$ 331,33	27	R\$ 315,93	29	107
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	R\$ 342,97	22	R\$ 330,69	29	R\$ 238,29	34	R\$ 631,42	22	107
Vitorino Manfrinópolis	Pequeno	R\$ 41,63	39	R\$ 511,75	21	R\$ 578,08	19	R\$ 675,31	20	99

Coronel Domingos Soares	Pequeno	R\$ 549,85	12	R\$ 621,04	16	R\$ 361,41	26	R\$ 48,84	38	92
Honório Serpa	Pequeno	R\$ 190,14	31	R\$ 549,74	20	R\$ 457,02	22	R\$ 809,76	15	88
Coronel Vivida	Médio	R\$ 303,43	23	R\$ 488,71	22	R\$ 546,11	20	R\$ 730,06	18	83
Chopinzinho	Pequeno	R\$ 205,15	30	R\$ 438,18	23	R\$ 650,98	15	R\$ 1.298,66	14	82
Sulina	Pequeno	R\$ 549,11	13	R\$ 622,67	15	R\$ 436,54	24	R\$ 497,63	23	75
Flor da Serra do Sul	Pequeno	R\$ 155,51	34	R\$ 182,93	33	R\$ 4.769,46	3	R\$ 5.573,91	4	74
Ampere	Pequeno	R\$ 418,83	19	R\$ 423,02	24	R\$ 614,99	18	R\$ 1.386,45	12	73
Saudade do Iguaçu	Pequeno	R\$ 861,76	5	R\$ 602,49	17	R\$ 646,01	16	R\$ 248,11	34	72
Boa Esperança do Iguaçu	Pequeno	R\$ 653,24	7	R\$ 694,30	13	R\$ 453,94	23	R\$ 420,34	26	69
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	R\$ 547,93	14	R\$ 726,37	12	R\$ 617,38	17	R\$ 484,56	24	67
Clevelândia	Pequeno	R\$ 615,21	10	R\$ 572,31	18	R\$ 492,17	21	R\$ 746,55	17	66
Pinhal de São Bento	Pequeno	R\$ 536,29	15	R\$ 778,48	11	R\$ 766,29	13	R\$ 674,79	21	60
São Jorge do Oeste	Pequeno	R\$ 434,00	18	R\$ 572,30	19	R\$ 1.133,16	10	R\$ 1.348,72	13	60
Itapejara D'oeste	Pequeno	R\$ 624,50	9	R\$ 640,29	14	R\$ 739,72	14	R\$ 749,02	16	53
Planalto	Pequeno	R\$ 163,06	32	R\$ 2.160,50	7	R\$ 2.208,07	6	R\$ 2.707,57	5	50
São João	Pequeno	R\$ 644,38	8	R\$ 882,86	10	R\$ 829,84	12	R\$ 1.505,78	11	41
Mangueirinha	Pequeno	R\$ 702,07	6	R\$ 1.227,00	9	R\$ 1.476,27	9	R\$ 1.695,37	10	34
Santa Izabel do Oeste	Pequeno	R\$ 584,91	11	R\$ 3.138,88	4	R\$ 996,27	11	R\$ 2.081,76	8	34
Pato Branco	Grande	R\$ 487,97	16	R\$ 2.666,06	6	R\$ 4.484,33	5	R\$ 2.516,05	6	33
Francisco Beltrão	Grande	R\$ 1.517,01	3	R\$ 1.585,03	8	R\$ 1.718,36	7	R\$ 2.006,24	9	27
Barracão Renasçença	Pequeno	R\$ 1.414,28	4	R\$ 2.868,30	5	R\$ 1.547,95	8	R\$ 2.081,89	7	24
Nova Prata do Iguaçu	Pequeno	R\$ 447,13	17	R\$ 4.197,04	3	R\$ 20.359,25	1	R\$ 5.599,51	3	24
Mariópolis	Pequeno	R\$ 3.962,75	2	R\$ 4.442,92	2	R\$ 4.616,97	4	R\$ 6.386,00	2	10
		R\$ 5.999,64	1	R\$ 6.661,29	1	R\$ 8.171,69	2	R\$ 8.388,96	1	5

Fonte: Dados da pesquisa 2021

A Tabela 6 evidenciou os saldos de passivo por habitante no período de 2017 a 2020 dos municípios da região Sudoeste do Paraná, o município que apresentou menores valores de passivo por habitante e melhor se classificou neste indicador foi Enéas Marques com 160 pontos. O maior valor de passivo por habitante evidenciado

foi R\$ 20.359,25 no ano de 2019 pelo município de Renascença, porém na classificação geral o município que menos pontuou foi Mariópolis com 5 pontos no total do período.

Observa-se que 38,10% dos municípios da região apresentaram passivos por habitantes superiores à média de R\$ 1.106,14 no período analisado, indicando que grande parte dos municípios apresentou níveis isonômicos de gastos. Zanin e Krug (2018), analisam os demonstrativos dos municípios do Sudoeste Paranaense no período de 2010 a 2015 com enfoque nos gastos com pessoal, e não foram observados descumprimentos a legislação, ou seja, os municípios não excederam o limite total de gastos com pessoal de 54% da receita corrente líquida, demonstrando positivamente que há conhecimento por parte dos gestores quanto a aplicação da legislação.

4.5 TAXA DE COBERTURA FINANCEIRA DA DESPESA REALIZADA NO EXERCÍCIO

De acordo com Diniz, Macedo e Corrar (2012), é fundamental investigar o equilíbrio orçamentário dos municípios para compreender sua situação financeira. O indicador revela se o montante de receitas no período analisado é superior ao das despesas, apenas os municípios de Bela Vista da Caroba, Mangueirinha e Bom Jesus do Sul apresentaram saldos de despesa superior ao da receita.

Tabela 7- Índice taxa de cobertura financeira da despesa realizada

Município	Categoria	2017		2018		2019		2020		Pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Nova Prata do Igu-açu	Pequeno	80,95%	34	79,92%	39	74,73%	42	82,91%	33	148
Planalto	Pequeno	81,34%	32	82,80%	32	82,01%	37	74,24%	42	143
Renascença	Pequeno	73,95%	41	79,21%	40	80,07%	39	86,50%	22	142
Enéas Marques	Pequeno	75,35%	40	88,10%	15	82,66%	32	79,58%	38	125
Pranchita	Pequeno	80,43%	35	81,71%	37	82,22%	35	88,35%	14	121
Honório Serpa	Pequeno	71,72%	42	91,03%	7	85,13%	23	75,56%	41	113
Manfrinópolis	Pequeno	82,14%	28	85,58%	27	80,65%	38	87,10%	19	112

Santa Izabel do Oeste	Pequeno	78,95%	37	82,44%	34	86,78%	14	86,62%	21	106
Mariópolis	Pequeno	78,84%	38	84,15%	29	83,38%	30	91,04%	8	105
Ampere	Pequeno	87,67%	13	82,90%	31	84,28%	29	83,61%	30	103
Capanema	Pequeno	83,08%	25	86,38%	24	85,82%	20	82,91%	34	103
Salgado Filho	Pequeno	82,72%	26	84,10%	30	85,72%	21	84,92%	26	103
Itapejara D'oeste	Pequeno	78,79%	39	85,66%	26	84,66%	25	89,85%	12	102
Bela Vista da Caroba	Pequeno	81,74%	31	308,02%	1	78,26%	40	83,62%	29	101
Cruzeiro do Iguaçu	Pequeno	82,62%	27	86,59%	22	85,86%	19	83,48%	31	99
São Joao	Pequeno	82,11%	29	86,46%	23	84,61%	27	87,14%	18	97
Salto do Lontra	Pequeno	83,17%	24	81,77%	36	82,82%	31	93,15%	5	96
Flor da Serra do Sul	Pequeno	83,19%	23	82,51%	33	82,51%	33	91,76%	6	95
Marmeleiro	Pequeno	84,72%	20	85,09%	28	91,58%	8	79,26%	39	95
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	81,29%	33	90,38%	9	86,74%	15	81,87%	36	93
Boa Esperança do Iguaçu	Pequeno	88,36%	11	86,72%	21	76,92%	41	90,21%	9	82
Realeza	Pequeno	83,63%	22	87,45%	19	89,55%	11	84,80%	27	79
São Jorge do Oeste	Pequeno	81,92%	30	93,26%	4	82,27%	34	90,03%	11	79
Pinhal de São Bento	Pequeno	88,36%	12	88,37%	13	82,16%	36	87,24%	17	78
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	92,73%	4	82,32%	35	87,26%	13	85,14%	25	77
Chopinzinho	Pequeno	83,74%	21	88,31%	14	86,28%	18	86,27%	23	76
Saudade do Iguaçu	Pequeno	89,85%	7	81,62%	38	84,66%	26	97,25%	2	73
Pato Branco	Grande	93,90%	2	87,99%	16	84,35%	28	86,25%	24	70
Clevelândia	Pequeno	85,18%	18	89,21%	10	85,12%	24	88,26%	15	67
Coronel Domingos Soares	Pequeno	85,24%	17	91,81%	5	92,59%	5	78,15%	40	67
Sulina	Pequeno	86,30%	15	88,49%	12	87,38%	12	84,80%	28	67
Palmas	Grande	91,40%	5	87,76%	17	91,32%	9	82,21%	35	66
Perola D'oeste	Pequeno	84,84%	19	96,16%	3	91,73%	7	80,50%	37	66
Coronel Vivida	Médio	97,53%	1	86,33%	25	95,87%	4	82,99%	32	62
Francisco Beltrão	Grande	79,74%	36	87,01%	20	96,21%	3	99,89%	1	60
Vitorino	Pequeno	88,57%	9	68,70%	42	96,79%	2	91,53%	7	60
Dois Vizinhos	Médio	87,17%	14	87,57%	18	86,57%	17	90,19%	10	59
Barracão	Pequeno	85,74%	16	89,17%	11	91,13%	10	86,93%	20	57
Mangueirinha	Pequeno	92,79%	3	71,05%	41	111,50%	1	93,47%	4	49
Verê	Pequeno	89,93%	6	91,14%	6	86,66%	16	87,73%	16	44
Bom Jesus do Sul	Pequeno	88,39%	10	108,39%	2	85,71%	22	94,82%	3	37
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	89,17%	8	90,91%	8	92,20%	6	89,66%	13	35

Fonte: Dados da pesquisa 2021

Na Tabela 7 foram mensurados os percentuais de despesas empenhadas frente as receitas realizadas do período, o município de destaque positivo neste indicador foi Nova Prata do Iguaçu, de categoria pequena, com 148 pontos, dentre os municípios grandes o destaque foi Pato Branco com 70 pontos e entre os médios o

destaque foi Coronel Vivida com 62 pontos no total. O município que menos pontuou neste indicador foi Santo Antônio do Sudoeste com 35 pontos e é considerado médio.

Diniz, Macedo e Corrar (2012), aplicaram o modelo de análise da eficiência financeira em 122 municípios brasileiros com população superior a 200 mil habitantes, onde concluíram que apenas 15 dos municípios analisados atingiram níveis máximos de desempenho. Identificou-se em alguns municípios bons indicadores de desempenho econômico-financeiro, porém grande parte dos municípios analisados apresentaram problemas nos indicadores utilizados na referida análise, sendo classificados como de baixa eficiência financeira.

4.6 PRAZO MEDIO DE PAGAMENTOS

O prazo médio de pagamento retorna quantos dias em média o município leva para o pagamento dos fornecedores, no geral nenhum município do Sudoeste apresentou prazo médio superior a 40 dias para o pagamento de fornecedores no período de 2017 a 2020.

Tabela 8- Índice de prazo médio de pagamento

Município	Categoria	2017		2018		2019		2020		Pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Barracão	Pequeno	1	39	1	41	1	41	1	37	158
Chopininho	Pequeno	1	38	1	42	1	38	1	33	151
São Jorge do Oeste	Pequeno	1	32	1	38	1	39	1	40	149
Santa Izabel do Oeste	Pequeno	1	33	1	37	2	36	1	42	148
Vitorino	Pequeno	1	42	2	33	2	35	1	34	144
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	3	25	2	35	1	37	1	38	135
Enéas Marques	Pequeno	3	20	2	32	1	40	1	31	123
Cruzeiro do Iguaçu	Pequeno	1	36	2	31	3	29	2	26	122
Renascença	Pequeno	1	40	1	39	3	28	5	12	119
Verê	Pequeno	5	16	3	29	2	34	1	39	118
Flor da Serra do Sul	Pequeno	2	29	3	27	3	26	1	29	111
Marmeleiro	Pequeno	3	24	2	36	3	30	3	20	110
Salgado Filho	Pequeno	8	11	4	22	1	42	1	35	110

Boa Esperança do Igu- açu	Pequeno	3	22	3	25	3	25	1	36	108
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	2	31	3	24	3	27	2	24	106
Salto do Lontra	Pequeno	4	19	2	34	2	32	3	19	104
Perola D' oeste	Pequeno	1	34	1	40	5	17	6	9	100
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	1	41	2	30	4	21	6	7	99
Planalto	Pequeno	3	27	3	26	4	23	2	23	99
Dois Vizinhos	Médio	6	15	3	23	2	33	2	25	96
Mariópolis	Pequeno	3	21	4	21	4	22	1	30	94
Itapejara D' oeste	Pequeno	11	7	3	28	3	31	2	27	93
Coronel Vivida	Médio	2	30	4	19	6	16	3	22	87
Bela Vista da Caroba	Pequeno	3	26	8	10	10	8	1	41	85
Francisco Beltrão	Grande	1	35	5	18	5	19	6	8	80
São Joao	Pequeno	8	12	6	14	4	24	1	28	78
Realeza	Pequeno	7	14	5	16	5	20	3	18	68
Saudade do Iguaçú	Pequeno	5	17	4	20	5	18	5	11	66
Clevelândia	Pequeno	11	8	10	8	6	15	1	32	63
Bom Jesus do Sul	Pequeno	1	37	13	3	15	3	4	17	60
Honório Serpa	Pequeno	3	23	6	13	10	7	4	13	56
Manfrinópolis	Pequeno	3	28	5	17	12	5	17	3	53
Sulina	Pequeno	10	9	6	15	7	12	4	15	51
Pato Branco	Grande	15	4	7	12	7	13	4	16	45
Pranchita	Pequeno	4	18	7	11	9	10	20	2	41
Nova Prata do Iguaçú	Pequeno	16	3	11	5	7	11	3	21	40
Capanema	Pequeno	12	5	11	6	6	14	6	10	35
Ampere	Pequeno	11	6	11	4	9	9	4	14	33
Pinhal de São Bento	Pequeno	7	13	10	7	15	4	9	6	30
Palmas	Grande	9	10	10	9	11	6	12	4	29
Coronel Domingos So- ares	Pequeno	29	2	28	2	28	2	11	5	11
Mangueirinha	Pequeno	33	1	37	1	32	1	20	1	4

Fonte: Dados da pesquisa 2021

Conforme Tabela 8, onde pode-se observar alguns municípios apresentaram a quantidade de dias para pagamento igual a um devido a técnica de arredondamento, para a classificação destes municípios esta técnica não foi considerada.

Trevisan, et al., (2009), desenvolveu uma ferramenta para análise gerencial, com objetivo de evidenciar medidas capazes de impulsionar a situação orçamentária e financeira dos municípios, a pesquisa utilizou como amostra os demonstrativos de um município do Rio Grande do Sul. Quanto a análise do prazo médio de pagamentos o estudo identificou que o município tem realizado o pagamento de seus fornecedores em curto prazo, indicando uma situação satisfatória frente aos fornecedores.

Os destaques positivos foram Barracão categoria pequena, com 158 pontos na classificação total, Francisco Beltrão, categoria grande, com 80 pontos, e Santo Antônio do Sudoeste 135 pontos, de categoria média. O município que menos se destacou neste indicador foi o de Mangueirinha com apenas 4 pontos no total.

4.7 GRAU DE EXECUÇÃO DO SALDO EFETIVO

O Indicador demonstra o percentual de retorno das receitas, o maior percentual indica mais efetividade na execução das receitas do município, foram considerados neste indicador os saldos de receitas realizadas subtraídos das despesas empenhadas e dividido-se pela receita realizada, apontando assim o grau de retorno das receitas para cada município no período de 2017 a 2020 conforme Tabela 9.

Tabela 9- Índice grau de execução do saldo efetivo

Município	Categoria	2017		2018		2019		2020		Pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Nova Prata do Iguaçu	Pequeno	19,05%	34	20,08%	39	25,27%	41	17,09%	31	145
Planalto	Pequeno	18,66%	32	17,20%	32	17,99%	36	25,76%	40	140
Renascença	Pequeno	26,05%	41	20,79%	40	19,93%	38	13,50%	20	139
Marmeleiro	Pequeno	15,28%	20	14,91%	28	91,58%	42	20,74%	37	127
Enéas Marques	Pequeno	24,65%	40	11,90%	15	17,34%	31	20,42%	36	122
Pranchita	Pequeno	19,57%	35	18,29%	37	17,78%	34	11,65%	13	119
Honório Serpa	Pequeno	28,28%	42	8,97%	7	14,87%	22	24,44%	39	110
Manfrinópolis	Pequeno	17,86%	28	14,42%	27	19,35%	37	12,90%	18	110
Mariópolis	Pequeno	21,16%	38	15,85%	29	16,62%	29	8,96%	7	103
Santa Izabel do Oeste	Pequeno	21,05%	37	17,56%	34	13,22%	13	13,38%	19	103
Ampere	Pequeno	12,33%	13	17,10%	31	15,72%	28	16,39%	28	100
Capanema	Pequeno	16,92%	25	13,62%	24	14,18%	19	17,09%	32	100
Itapejara D'oeste	Pequeno	21,21%	39	14,34%	26	15,34%	24	10,15%	11	100
Salgado Filho	Pequeno	17,28%	26	15,90%	30	14,28%	20	15,08%	24	100
Bela Vista da Caroba	Pequeno	18,26%	31	-208,02%	1	21,74%	39	16,38%	27	98
Cruzeiro do Iguaçu	Pequeno	17,38%	27	13,41%	22	14,14%	18	16,52%	29	96

Salto do Lontra	Pequeno	16,83%	24	18,23%	36	17,18%	30	6,85%	5	95
São Joao	Pequeno	17,89%	29	13,54%	23	15,39%	26	12,86%	17	95
Flor da Serra do Sul	Pequeno	16,81%	23	17,49%	33	17,49%	32	8,24%	6	94
Vitorino	Pequeno	11,43%	9	31,30%	42	3,21%	2	27,51%	41	94
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	18,71%	33	9,62%	9	13,26%	14	18,13%	34	90
Boa Esperança do Iguaçú	Pequeno	11,64%	11	13,28%	21	23,08%	40	9,79%	8	80
Barracão	Pequeno	14,26%	16	10,83%	11	8,87%	9	91,31%	42	78
São Jorge do Oeste	Pequeno	18,08%	30	6,74%	4	17,73%	33	9,97%	10	77
Pinhal de São Bento	Pequeno	11,64%	12	11,63%	13	17,84%	35	12,76%	16	76
Realeza	Pequeno	16,37%	22	12,55%	19	10,45%	10	15,20%	25	76
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	7,27%	4	17,68%	35	12,74%	12	14,86%	23	74
Chopinzinho	Pequeno	16,26%	21	11,69%	14	13,72%	17	13,73%	21	73
Saudade do Iguaçú	Pequeno	10,15%	7	18,38%	38	15,34%	25	2,75%	2	72
Pato Branco	Grande	6,10%	2	12,01%	16	15,65%	27	13,75%	22	67
Clevelândia	Pequeno	14,82%	18	10,79%	10	14,88%	23	11,74%	14	65
Coronel Domingos Soares	Pequeno	14,76%	17	8,19%	5	7,41%	5	21,85%	38	65
Perola D' oeste	Pequeno	15,16%	19	3,84%	3	8,27%	7	19,50%	35	64
Sulina	Pequeno	13,70%	15	11,51%	12	12,62%	11	15,20%	26	64
Palmas	Grande	8,60%	5	12,24%	17	8,68%	8	17,79%	33	63
Coronel Vivida	Médio	2,47%	1	13,67%	25	4,13%	4	17,01%	30	60
Francisco Beltrão	Grande	20,26%	36	12,99%	20	3,79%	3	0,11%	1	60
Dois Vizinhos	Médio	12,83%	14	12,43%	18	13,43%	16	9,81%	9	57
Mangueirinha	Pequeno	7,21%	3	28,95%	41	-11,50%	1	6,53%	4	49
Verê	Pequeno	10,07%	6	8,86%	6	13,34%	15	12,27%	15	42
Bom Jesus do Sul	Pequeno	11,61%	10	-8,39%	2	14,29%	21	5,18%	3	36
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	10,83%	8	9,09%	8	7,80%	6	10,34%	12	34

Fonte: Dados da pesquisa 2021

Gerigk (2011), destaca que os municípios brasileiros de porte médio com população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes consomem em torno de 41% de suas receitas correntes com pagamento de despesas correntes como pagamento de salários. Neste estudo é possível observar que alguns dos municípios analisados apresentaram elevados valores de despesas superando o montante de receita gerada.

O município destaque neste indicador foi o de Nova Prata do Iguaçú de categoria pequena com 145 pontos, o destaque entre os municípios grandes foi Pato Branco com 67 pontos e entre os médios Coronel Vivida com 60 pontos. O município

que menos destacou-se neste indicador foi Santo Antônio do Sudoeste que é de categoria média com 34 pontos no total.

4.8 ÍNDICE DE DÍVIDA TOTAL

De acordo com Zuccolotto (2008), compreende-se que dívida é uma obrigação ou compromisso financeiro assumido para fins de insuficiência de caixa, para investimentos ou imobilizações. O índice de dívida total mensura o grau de endividamento dos municípios com instituições financeiras e também os débitos com terceiros, analisando o grau de representatividade dos passivos com relação à média de receitas correntes dos últimos três anos.

Tabela 10- Índice da dívida total

Município	Categoria	2017		2018		2019		2020		Pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Enéas Marques	Pequeno	1,29%	37	2,21%	39	0,67%	41	0,10%	42	159
Cruzeiro do Iguaçu	Pequeno	0,81%	39	1,33%	40	0,67%	42	1,36%	37	158
Realeza	Pequeno	2,29%	36	0,94%	42	3,10%	38	0,23%	41	157
Bela Vista da Caroba	Pequeno	0,46%	42	6,58%	33	1,70%	40	0,97%	39	154
Marmeleiro	Pequeno	0,70%	40	1,21%	41	3,35%	37	6,46%	32	150
Bom Jesus do Sul	Pequeno	1,23%	38	7,63%	31	1,89%	39	0,34%	40	148
Salgado Filho	Pequeno	5,12%	31	3,16%	38	3,58%	35	3,91%	35	139
Capanema	Pequeno	6,63%	26	4,28%	36	3,45%	36	5,00%	34	132
Saudade do Iguaçu	Pequeno	6,10%	27	6,29%	34	5,90%	33	2,18%	36	130
Manfrinópolis	Pequeno	0,68%	41	7,90%	29	8,48%	27	9,45%	26	123
Verê	Pequeno	3,73%	34	8,75%	27	6,26%	30	7,07%	28	119
Perola D'oeste	Pequeno	4,97%	32	4,68%	35	7,61%	28	11,46%	22	117
Boa Esperança do Iguaçu	Pequeno	9,61%	19	9,57%	26	5,94%	32	5,19%	33	110
Pranchita	Pequeno	7,24%	24	6,81%	32	5,57%	34	12,44%	19	109
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	7,12%	25	9,59%	25	9,85%	22	6,46%	31	103
Sulina	Pequeno	8,82%	21	9,61%	24	6,38%	29	6,94%	29	103
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	8,82%	22	10,79%	21	8,64%	26	6,53%	30	99
Vitorino	Pequeno	9,43%	20	8,47%	28	6,03%	31	14,80%	18	97

Honório Serpa	Pequeno	4,47%	33	11,57%	19	9,12%	24	14,84%	17	93
Coronel Domingos Soares	Pequeno	14,82%	13	15,80%	13	8,97%	25	1,12%	38	89
Palmas	Grande	12,68%	15	7,68%	30	11,27%	21	11,74%	20	86
Flor Da Serra do Sul	Pequeno	3,30%	35	3,62%	37	85,85%	5	94,78%	4	81
Chopinzinho	Pequeno	5,39%	30	10,44%	22	14,34%	17	26,10%	11	80
Dois Vizinhos	Médio	11,02%	16	10,17%	23	11,50%	19	11,63%	21	79
Salto do Lontra	Pequeno	14,68%	14	11,91%	17	9,78%	23	9,58%	25	79
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	16,36%	10	11,88%	18	11,42%	20	8,82%	27	75
Pinhal de São Bento	Pequeno	10,63%	17	14,25%	16	13,65%	18	11,37%	23	74
São Jorge do Oeste	Pequeno	8,68%	23	10,91%	20	20,58%	13	23,11%	12	68
Coronel Vivida	Médio	10,51%	18	15,63%	15	16,09%	15	18,75%	16	64
Clevelândia	Pequeno	21,23%	7	18,21%	12	14,58%	16	21,40%	13	48
São Joao	Pequeno	17,51%	8	21,87%	9	19,06%	14	19,99%	15	46
Planalto	Pequeno	5,90%	28	68,64%	6	64,25%	6	68,42%	5	45
Ampere	Pequeno	17,08%	9	15,73%	14	20,95%	12	42,20%	9	44
Itapejara D'oeste	Pequeno	21,63%	5	19,88%	11	21,32%	11	20,35%	14	41
Barracão	Pequeno	46,43%	4	84,47%	4	42,45%	8	10,31%	24	40
Mangueirinha	Pequeno	16,04%	11	22,92%	8	27,41%	10	29,46%	10	39
Renascença	Pequeno	5,49%	29	98,85%	3	450,56%	1	114,62%	3	36
Santa Izabel do Oeste	Pequeno	21,61%	6	20,25%	10	30,81%	9	59,84%	7	32
Pato Branco	Grande	15,81%	12	80,31%	5	122,30%	4	61,28%	6	27
Francisco Beltrão	Grande	55,62%	3	52,72%	7	51,85%	7	55,85%	8	25
Nova Prata do Iguaçú	Pequeno	108,86%	2	109,78%	2	342,23%	2	134,35%	2	8
Mariópolis	Pequeno	149,14%	1	154,15%	1	177,54%	3	170,87%	1	6

Fonte: Dados da pesquisa 2021

Conforme Tabela 10 pode-se verificar que a grande maioria dos municípios apresentou saldos de passivos inferiores a média das receitas dos últimos três anos, porém observou-se que aproximadamente 10% dos municípios analisados apresentou percentual superior a 100%, demonstrando valores de passivos superiores as receitas médias.

Dentre os municípios que apresentaram saldos de passivo superior à média das receitas, destacando-se negativamente neste indicador estão os municípios de Renascença nos anos de 2019 e 2020, Pato Branco no ano de 2019 e os municípios de Nova Prata do Iguaçú e Mariópolis que apresentaram resultados superiores a 100% em todo o período analisado.

4.9 ÍNDICE DE SUPERÁVIT

O índice de superávit relaciona o valor de despesas pagas ao valor de despesas assumidas no período, ou seja, indica quanto da despesa assumida no período foi paga e se o município possui em suas disponibilidades saldos suficientes para liquidá-las. Espera-se que neste indicador o percentual obtido seja superior a 100%.

Tabela 11– Índice de superávit

Município	Categoria	2017		2018		2019		2020		Pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Saudade do Iguaçu	Pequeno	159,35%	42	153,74%	42	145,56%	42	138,89%	41	167
Realeza	Pequeno	124,71%	41	122,95%	38	121,24%	40	127,74%	40	159
Francisco Beltrão	Grande	119,59%	40	122,98%	39	119,77%	39	115,55%	29	147
Renascença	Pequeno	116,68%	37	117,37%	37	121,57%	41	114,83%	27	142
Vitorino	Pequeno	108,86%	18	111,66%	34	115,42%	38	138,95%	42	132
Salgado Filho	Pequeno	113,76%	33	114,80%	36	114,82%	36	111,65%	22	127
São Jorge do Oeste	Pequeno	114,98%	36	106,36%	17	115,05%	37	118,29%	33	123
Marmeleiro	Pequeno	111,07%	27	113,05%	35	109,01%	21	120,83%	38	121
Cruzeiro do Iguaçu	Pequeno	114,45%	34	109,01%	23	111,27%	30	118,29%	32	119
Honório Serpa	Pequeno	117,79%	39	109,15%	24	108,20%	16	120,79%	37	116
Capanema	Pequeno	110,03%	24	109,76%	25	111,96%	31	120,36%	35	115
Palmas	Grande	108,48%	16	111,36%	32	111,11%	29	119,41%	34	111
Itapejara D'oeste	Pequeno	110,91%	26	111,55%	33	113,04%	33	110,89%	18	110
Barracão	Pequeno	111,54%	30	152,05%	41	108,41%	18	111,15%	20	109
Bela Vista da Caroba	Pequeno	113,06%	32	105,81%	14	113,15%	34	114,44%	26	106
Santa Izabel do Oeste	Pequeno	109,29%	21	110,58%	28	110,49%	26	112,91%	24	99
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	112,18%	31	106,46%	19	107,93%	15	116,49%	30	95
Flor Da Serra do Sul	Pequeno	109,11%	20	111,00%	29	109,77%	23	111,88%	23	95
Planalto	Pequeno	111,16%	28	100,73%	2	109,45%	22	120,78%	36	88
Pato Branco	Grande	99,47%	5	108,82%	22	110,86%	28	118,07%	31	86
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	106,76%	12	111,16%	31	108,32%	17	113,19%	25	85
Pranchita	Pequeno	111,46%	29	109,95%	26	108,45%	19	108,60%	10	84
Bom Jesus do Sul	Pequeno	117,10%	38	106,17%	16	110,43%	25	103,20%	4	83
Mariópolis	Pequeno	108,94%	19	108,31%	21	110,51%	27	108,85%	13	80
Salto do Lontra	Pequeno	104,83%	10	110,38%	27	114,16%	35	107,62%	8	80
São Joao	Pequeno	106,89%	13	106,39%	18	109,84%	24	110,93%	19	74
Coronel Domingos Soares	Pequeno	109,36%	22	105,26%	11	11,34%	1	125,71%	39	73

Perola D'oeste	Pequeno	108,70%	17	107,34%	20	102,93%	4	114,96%	28	69
Chopinzinho	Pequeno	114,88%	35	106,13%	15	106,84%	11	107,51%	7	68
Boa Esperança do Iguaçu	Pequeno	99,06%	4	97,42%	1	112,82%	32	111,55%	21	58
Dois Vizinhos	Médio	104,11%	9	105,59%	13	108,93%	20	109,05%	14	56
Enéas Marques	Pequeno	110,64%	25	102,30%	4	104,32%	6	109,62%	16	51
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	105,43%	11	111,14%	30	103,52%	5	103,04%	3	49
Manfrinópolis	Pequeno	109,91%	23	105,38%	12	107,00%	12	99,65%	1	48
Mangueirinha	Pequeno	93,37%	1	124,02%	40	99,28%	3	100,40%	2	46
Verê	Pequeno	108,31%	15	104,97%	9	107,05%	13	108,27%	9	46
Sulina	Pequeno	107,95%	14	104,33%	7	104,79%	8	108,80%	12	41
Ampere	Pequeno	103,19%	7	102,58%	6	105,18%	9	110,86%	17	39
Nova Prata do Iguaçu	Pequeno	93,72%	2	104,35%	8	107,65%	14	108,65%	11	35
Coronel Vivida	Médio	96,41%	3	105,18%	10	98,18%	2	109,31%	15	30
Clevelândia	Pequeno	103,49%	8	102,44%	5	106,49%	10	105,57%	5	28
Pinhal de São Bento	Pequeno	103,18%	6	101,20%	3	104,73%	7	105,85%	6	22

Fonte: Dados da pesquisa 2021

A Tabela 11 indica a capacidade financeira dos municípios de liquidação das dívidas comprometidas nos períodos analisados, como esperado, grande parte dos municípios apresentaram resultados positivos neste indicador, ou seja, superiores a 100%. Somente 14% dos municípios do Sudoeste apresentaram resultados inferiores a 100% no período de análise.

Na pesquisa de Trevisan, et al., (2009) o índice de superávit foi utilizado para determinar a capacidade das receitas arrecadadas liquidarem as despesas empenhadas, desta maneira observou-se que os quocientes obtidos no período analisado demonstram que o município apresentou uma situação satisfatória indicando equilíbrio orçamentário.

O município que melhor pontuou neste indicador foi Saudade do Iguaçu de categoria pequena com 167 pontos, entre os municípios de categoria grande a melhor pontuação foi de Francisco Beltrão com 147 pontos no total e entre os municípios de categoria média o destaque foi o município de Dois Vizinhos com 56 pontos.

4.10 IMPOSTOS DIRETOS POR HABITANTE

Os impostos são receitas geradas diretamente pela população local e, neste indicador são apresentados os impostos arrecadados anualmente por número de habitantes, e pode ser considerado uma importante ferramenta para medir o grau de autonomia financeira dos municípios analisados.

Tabela 12- Índice impostos diretos por habitante

Município	Categoria	2017		2018		2019		2020		Pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Pato Branco	Grande	R\$ 583,54	40	R\$ 849,62	42	R\$ 1.036,54	42	R\$ 1.135,18	42	166
Francisco Beltrão	Grande	R\$ 632,75	42	R\$ 788,66	41	R\$ 898,43	41	R\$ 984,18	41	165
Chopinzinho	Pequeno	R\$ 501,91	37	R\$ 658,62	40	R\$ 762,45	40	R\$ 827,78	40	157
Dois Vizinhos	Médio	R\$ 437,30	32	R\$ 570,74	38	R\$ 641,38	38	R\$ 719,23	37	145
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	R\$ 565,65	39	R\$ 545,39	35	R\$ 578,17	35	R\$ 621,72	32	141
Coronel Vivida	Médio	R\$ 446,02	35	R\$ 545,18	34	R\$ 623,03	37	R\$ 661,64	35	141
Nova Prata do Iguaçu	Pequeno	R\$ 463,32	36	R\$ 541,68	33	R\$ 576,06	34	R\$ 737,51	38	141
Renascença	Pequeno	R\$ 313,90	20	R\$ 563,07	36	R\$ 648,56	39	R\$ 774,97	39	134
Saudade do Iguaçu	Pequeno	R\$ 555,56	38	R\$ 634,69	39	R\$ 549,62	32	R\$ 535,09	25	134
Marmeleiro	Pequeno	R\$ 438,18	33	R\$ 500,20	31	R\$ 582,17	36	R\$ 632,40	33	133
Capanema	Pequeno	R\$ 617,00	41	R\$ 564,96	37	R\$ 484,85	25	R\$ 574,40	28	131
São Joao	Pequeno	R\$ 362,15	30	R\$ 474,60	30	R\$ 498,04	27	R\$ 660,65	34	121
Vitorino	Pequeno	R\$ 315,64	21	R\$ 455,01	29	R\$ 550,83	33	R\$ 716,00	36	119
Mariópolis	Pequeno	R\$ 374,80	31	R\$ 423,22	26	R\$ 502,82	29	R\$ 620,55	31	117
Cruzeiro do Iguaçu	Pequeno	R\$ 354,55	29	R\$ 432,29	27	R\$ 495,13	26	R\$ 555,56	26	108
Ampere	Pequeno	R\$ 273,74	17	R\$ 441,62	28	R\$ 501,66	28	R\$ 592,08	29	102
São Jorge do Oeste	Pequeno	R\$ 323,40	22	R\$ 390,35	22	R\$ 505,01	30	R\$ 569,04	27	101
Realeza	Pequeno	R\$ 351,92	28	R\$ 404,76	24	R\$ 467,94	23	R\$ 504,78	22	97
Pranchita	Pequeno	R\$ 338,33	26	R\$ 396,95	23	R\$ 438,52	22	R\$ 508,03	23	94
Sulina	Pequeno	R\$ 333,06	25	R\$ 411,73	25	R\$ 474,28	24	R\$ 433,61	18	92
Barracão	Pequeno	R\$ 324,51	23	R\$ 515,71	32	R\$ 410,37	17	R\$ 432,40	17	89
Santa Izabel Do Oeste	Pequeno	R\$ 340,22	27	R\$ 386,37	21	R\$ 433,51	21	R\$ 471,79	20	89
Verê	Pequeno	R\$ 266,75	15	R\$ 328,52	17	R\$ 545,02	31	R\$ 528,92	24	87
Mangueirinha	Pequeno	R\$ 442,42	34	R\$ 375,10	20	R\$ 325,98	10	R\$ 419,38	16	80

Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	R\$ 331,99	24	R\$ 368,95	19	R\$ 368,86	15	R\$ 379,33	11	69
Clevelândia	Pequeno	R\$ 288,00	18	R\$ 318,59	16	R\$ 367,86	14	R\$ 452,74	19	67
Coronel Domingos Soares	Pequeno	R\$ 193,10	6	R\$ 264,73	10	R\$ 427,81	20	R\$ 615,21	30	66
Planalto Itapejara	Pequeno	R\$ 252,31	14	R\$ 277,03	12	R\$ 414,46	18	R\$ 497,27	21	65
D'oeste	Pequeno	R\$ 270,37	16	R\$ 306,90	14	R\$ 416,57	19	R\$ 412,16	14	63
Palmas Honório	Grande	R\$ 291,79	19	R\$ 366,28	18	R\$ 366,88	13	R\$ 390,16	12	62
Serpa	Pequeno	R\$ 237,18	11	R\$ 315,57	15	R\$ 312,77	8	R\$ 414,45	15	49
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	R\$ 240,34	13	R\$ 277,74	13	R\$ 345,79	12	R\$ 366,89	10	48
Flor da Serra do Sul	Pequeno	R\$ 218,65	10	R\$ 240,15	6	R\$ 404,52	16	R\$ 289,83	6	38
Salto do Lontra	Pequeno	R\$ 238,99	12	R\$ 275,53	11	R\$ 272,51	6	R\$ 335,55	8	37
Boa Esperança do Iguaçu	Pequeno	R\$ 215,09	8	R\$ 254,44	8	R\$ 328,60	11	R\$ 310,04	7	34
Enéas Marques	Pequeno	R\$ 204,61	7	R\$ 258,94	9	R\$ 319,52	9	R\$ 356,58	9	34
Perola	Pequeno	R\$ 215,46	9	R\$ 215,77	5	R\$ 301,55	7	R\$ 410,53	13	34
D'oeste	Pequeno	R\$ 193,10	5	R\$ 244,24	7	R\$ 247,66	5	R\$ 226,74	2	19
Salgado Filho	Pequeno	R\$ 154,34	3	R\$ 180,90	4	R\$ 189,78	2	R\$ 260,30	5	14
Manfrinópolis	Pequeno	R\$ 183,89	4	R\$ 62,94	1	R\$ 221,20	3	R\$ 241,90	4	12
Bela Vista da Caroba	Pequeno	R\$ 154,08	2	R\$ 166,44	3	R\$ 239,30	4	R\$ 238,40	3	12
Bom Jesus do Sul	Pequeno	R\$ 138,44	1	R\$ 142,78	2	R\$ 175,82	1	R\$ 194,28	1	5
Pinhal de São Bento	Pequeno									

Fonte: Dados da pesquisa 2021

O índice de Impostos por habitante apresentado na Tabela 12 apresenta o valor arrecadado em impostos por número de habitantes indicando a autonomia financeira de arrecadação de cada município analisado, os resultados positivos deste indicador mostram o grande potencial da região em desenvolvimento na qualidade de vida da população.

Fiirst, *et al.*, (2017) em sua pesquisa, evidenciam que o tamanho dos municípios, considerando o número de habitantes, não interferiu a qualidade da eficiência da previsão da receita pública, revelando que municípios com maior número de habitantes não necessariamente possuem melhor previsibilidade de receitas orçamentárias. Neste estudo a dimensão populacional possui influência sobre os resultados deste indicador, os municípios com maior número de habitantes no período analisado, obtiveram maior arrecadação de impostos diretos por habitante.

Destaca-se que o município de Pato Branco, de categoria grande, foi o que mais apresentou valores de impostos por habitante recebendo a pontuação total de 166 pontos no período da análise, entre os municípios de categoria média o destaque foi Dois Vizinhos com 145 pontos e entre os pequenos foi Chopinzinho com 157 pontos. O município que apresentou menor desempenho neste indicador foi Pinhal de São Bento com apenas 5 pontos no total.

4.11 PESO DO PASSIVO EXIGÍVEL CONSOLIDADO NOS RENDIMENTOS PRÓPRIOS

Segundo Diniz, Macedo e Corrar (2012), o indicador que relaciona a dívida consolidada e a receita corrente líquida é um dos mais utilizados para mensuração de eficiência financeira. O indicador determina o potencial do município em liquidar suas contas de passivo comprometendo somente os rendimentos próprios do ano analisado. Desta maneira quanto menos receitas próprias forem necessárias para a liquidação de passivos melhor é o desempenho do município.

Tabela 13- Índice peso passivo consolidado nos rendimentos próprios

Município	Categoria	2017		2018		2019		2020		Pontuação total
		Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	Resultado	Pontuação	
Cruzeiro do Iguaçu	Pequeno	0,76%	39	1,25%	40	0,62%	42	1,30%	37	158
Enéas Marques	Pequeno	1,23%	37	2,06%	38	0,63%	41	0,10%	42	158
Marmeleiro	Pequeno	0,65%	41	1,15%	41	3,19%	36	6,09%	31	149
Bom Jesus do Sul	Pequeno	1,19%	38	7,48%	31	1,68%	39	0,35%	40	148
Salgado Filho	Pequeno	4,83%	31	1,84%	39	2,33%	37	2,93%	35	142
Capanema	Pequeno	6,04%	28	4,11%	36	3,25%	35	4,63%	34	133
Bela Vista da Caroba	Pequeno	0,47%	42	22,19%	9	1,20%	40	0,75%	39	130
Realeza	Pequeno	127,46%	2	0,89%	42	1,94%	38	0,15%	41	123
Saudade do Iguaçu	Pequeno	9,96%	19	5,30%	34	5,03%	34	2,48%	36	123
Verê	Pequeno	3,59%	35	8,20%	28	5,76%	31	6,66%	29	123

Manfrinópolis	Pequeno	0,66%	40	7,66%	30	7,71%	27	9,30%	25	122
Perola D' oeste	Pequeno	4,80%	32	4,84%	35	6,72%	28	10,16%	24	119
Boa Esperança do Iguaçú	Pequeno	9,39%	20	9,00%	27	5,50%	32	5,05%	33	112
Pranchita	Pequeno	6,72%	26	5,97%	33	5,18%	33	11,96%	20	112
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	6,63%	27	9,14%	25	9,26%	23	6,01%	32	107
Sulina	Pequeno	8,66%	23	9,07%	26	5,97%	30	6,78%	28	107
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	8,61%	24	10,30%	21	8,19%	26	6,30%	30	101
Vitorino	Pequeno	8,95%	22	8,01%	29	6,12%	29	13,21%	19	99
Honório Serpa	Pequeno	4,26%	34	10,24%	22	8,79%	24	13,97%	18	98
Coronel Domingos Soares	Pequeno	14,22%	14	15,18%	14	8,76%	25	1,01%	38	91
Palmas	Grande	11,55%	16	6,93%	32	10,78%	19	10,76%	23	90
Chopinzinho	Pequeno	4,76%	33	9,34%	23	12,81%	18	22,67%	13	87
Dois Vizinhos	Médio	10,13%	17	9,28%	24	10,54%	20	10,90%	21	82
Flor da Serra do Sul	Pequeno	3,14%	36	3,37%	37	73,03%	5	94,01%	4	82
Salto do Lontra	Pequeno	13,69%	15	11,25%	19	9,38%	22	8,82%	26	82
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	15,93%	11	11,37%	18	10,51%	21	8,23%	27	77
Pinhal de São Bento	Pequeno	10,11%	18	13,86%	15	12,94%	17	10,77%	22	72
São Jorge do Oeste	Pequeno	8,52%	25	10,37%	20	19,17%	12	22,18%	14	71
Coronel Vivida	Médio	9,16%	21	13,80%	16	14,26%	15	16,95%	17	69
Ampere	Pequeno	16,04%	10	13,56%	17	17,93%	13	35,39%	10	50
Clevelândia	Pequeno	19,78%	6	17,50%	13	14,00%	16	20,29%	15	50
Planalto	Pequeno	5,59%	29	59,36%	7	55,38%	6	61,32%	5	47
Itapejara D' oeste	Pequeno	19,40%	7	18,15%	11	20,21%	11	19,43%	16	45
Mangueirinha	Pequeno	15,05%	12	17,81%	12	32,05%	9	29,39%	12	45
São Joao	Pequeno	16,21%	9	20,07%	10	17,70%	14	29,45%	11	44
Renascença	Pequeno	5,05%	30	91,67%	4	417,17%	1	107,75%	3	38
Pato Branco	Grande	14,97%	13	71,69%	6	106,18%	4	52,60%	7	30
Barracão	Pequeno	40,50%	5	77,73%	5	38,63%	8	49,65%	9	27
Francisco Beltrão	Grande	48,53%	4	46,04%	8	44,61%	7	49,91%	8	27
Santa Izabel do Oeste	Pequeno	18,73%	8	92,61%	3	27,33%	10	53,04%	6	27
Nova Prata do Iguaçú	Pequeno	91,44%	3	97,43%	2	297,82%	2	120,13%	2	9
Mariópolis	Pequeno	135,43%	1	137,89%	1	157,94%	3	153,05%	1	6

Fonte: Dados da pesquisa 2021

A Tabela 13 indica no período de 2017 a 2020 os percentuais necessários das receitas próprias para liquidação dos passivos, resultados superiores a 100% indicam

dependência de recursos de outros órgãos para a liquidação dos passivos, condição que somente foi observada nos municípios de Mariópolis, Nova Prata do Iguaçu, Pato Branco, Realeza, Renascença.

O município que se destacou positivamente neste indicador foi Cruzeiro do Iguaçu de categoria pequena com 158 pontos, o município de Palmas foi o que mais destacou entre os de categoria grande com 90 pontos, e entre os de categoria média o destaque foi Dois Vizinhos 82 pontos. A menor pontuação geral obtida neste índice foi 6 pontos da cidade de Mariópolis de categoria pequena evidenciando em todos os anos percentual de passivo superior as receitas próprias.

4.12 RANKING GLOBAL

A partir dos resultados do estudo elaborou-se o *ranking* global, que contém os níveis de desempenho obtidos no período de 2017 a 2020 entre os municípios da Mesorregião do Sudoeste do Paraná. Conforme índices apresentados anteriormente, o **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta a classificação geral considerando a somatória de pontos de todo o período.

Tabela 14-Ranking global municípios do Sudoeste do Paraná.

MUNICÍPIO	CATEGORIA	2017		2018		2019		2020		GERAL	
		PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
Cruzeiro do Iguaçu	Pequeno	374	1º	324	6º	340	2º	342	5º	1380	1º
Marmeleiro	Pequeno	335	4º	373	1º	303	7º	323	7º	1334	2º
Realeza	Pequeno	288	14º	333	5º	305	6º	345	4º	1271	3º
Enéas Marques	Pequeno	330	5º	266	13º	318	4º	356	1º	1270	4º
Bela Vista da Caroba	Pequeno	366	2º	148	39º	348	1º	351	3º	1213	5º
Salgado Filho	Pequeno	270	17º	344	3º	289	9º	309	10º	1212	6º
Saudade do Iguaçu	Pequeno	234	21º	371	2º	329	3º	270	12º	1204	7º
Vitorino	Pequeno	220	25º	344	4º	280	13º	318	8º	1162	8º
Capanema	Pequeno	256	19º	292	11º	282	12º	313	9º	1143	9º
Bom Sucesso do Sul	Pequeno	304	9º	233	22º	237	19º	326	6º	1100	10º
Chopinzinho	Pequeno	327	6º	276	12º	252	16º	235	21º	1090	11º
Pranchita	Pequeno	279	15º	323	7º	289	10º	151	38º	1042	12º

São Jorge do Oeste	Pequeno	298	11°	217	23°	288	11°	235	19°	1038	13°
Renascença	Pequeno	325	7°	252	17°	260	15°	190	30°	1027	14°
Honório Serpa	Pequeno	344	3°	193	31°	205	31°	279	11°	1021	15°
Nova Esperança do Sudoeste	Pequeno	222	23°	299	10°	222	24°	245	17°	988	16°
Santa Izabel do Oeste	Pequeno	274	16°	247	19°	229	21°	228	23°	978	17°
Bom Jesus do Sul	Pequeno	299	10°	157	38°	275	14°	235	20°	966	18°
Salto do Lontra	Pequeno	192	30°	300	9°	294	8°	177	34°	963	19°
Flor Da Serra do Sul	Pequeno	292	12°	316	8°	223	23°	128	41°	959	20°
Boa Esperança do Iguaçu	Pequeno	147	36°	205	26°	318	5°	255	15°	925	21°
Perola D' oeste	Pequeno	238	20°	252	18°	163	37°	267	13°	920	22°
Dois Vizinhos	Médio	198	28°	259	14°	248	17°	213	28°	918	23°
Planalto	Pequeno	290	13°	166	37°	209	30°	236	18°	901	24°
Manfrinópolis	Pequeno	323	8°	198	27°	225	22°	149	39°	895	25°
Itapejara D' oeste	Pequeno	221	24°	235	21°	236	20°	184	33°	876	26°
Francisco Beltrão	Grande	270	18°	241	20°	202	32°	162	36°	875	27°
Verê	Pequeno	223	22°	180	34°	244	18°	217	27°	864	28°
Palmas	Grande	149	35°	258	15°	195	34°	256	14°	858	29°
Barracão	Pequeno	190	31°	196	29°	211	28°	223	26°	820	30°
Coronel Vivida	Médio	200	27°	205	25°	148	40°	248	16°	801	31°
Sulina	Pequeno	196	29°	180	35°	186	36°	230	22°	792	32°
Mariópolis	Pequeno	216	26°	197	28°	215	26°	157	37°	785	33°
Pato Branco	Grande	139	37°	196	30°	220	25°	225	24°	780	34°
Nova Prata do Iguaçu	Pequeno	165	32°	184	33°	209	29°	198	29°	756	35°
Ampere	Pequeno	121	40°	192	32°	215	27°	223	25°	751	36°
Santo Antônio do Sudoeste	Médio	154	34°	213	24°	161	38°	187	32°	715	37°
São Joao	Pequeno	157	33°	167	36°	191	35°	187	31°	702	38°
Coronel Domingos Soares	Pequeno	116	42°	92	42°	138	41°	354	2°	700	39°
Clevelândia	Pequeno	136	38°	143	40°	196	33°	169	35°	644	40°
Mangueirinha	Pequeno	129	39°	253	16°	76	42°	87	42°	545	41°
Pinhal de São Bento	Pequeno	117	41°	106	41°	158	39°	147	40°	528	42°

Fonte: Dados da pesquisa 2021

O *Ranking* Global determina os níveis de desempenho econômico e financeiro dos municípios do Sudoeste do Paraná, observa-se que em relação a classificação os municípios pequenos ocuparam desde a primeira até a vigésima segunda posição do *ranking*, ou seja, o nível de desempenho de municípios com população inferior a 20 mil habitantes se destacou em relação aos demais municípios da região.

Os resultados observados estão em consonância com a pesquisa de Soares, et al., (2011) que desenvolveu o *ranking* de gestão catarinense no ano de 2007, os autores destacam que os dez primeiros municípios classificados possuem pouca expressão no cenário econômico estadual e pequeno número de habitantes. Para os autores esta classificação é resultado de baixo grau de endividamento, poucas despesas com pessoal e educação.

Baseada no estudo de Fernandes *et. al.*, (2019), a Tabela 15 indica a quantidade de municípios por percentual em relação a pontuação máxima possível na construção do *ranking*.

Tabela 15- Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o *Ranking* Global

PONTUAÇÃO	PEQUENOS	MÉDIOS	GRANDES	TOTAL
Pontuação global superior ou igual a 80% da pontuação total	0	0	0	0
Pontuação global superior ou igual a 70% e inferior a 80% da pontuação total	2	0	0	2
Pontuação global superior ou igual a 50% e inferior 70% da pontuação total	19	0	0	19
Pontuação global inferior a 50% da pontuação total	15	3	3	21
TOTAL	36	3	3	42

Fonte: Adaptado de Fernandes *et al.*, (2019)

Entre os municípios analisados nesta pesquisa, não há incidência de pontuação superior a 80% da pontuação máxima estabelecida, característica que também não foi observada pelo anuário de desempenho dos municípios portugueses do ano de 2018, pois nele seis municípios atingiram entre 80 e 100% da pontuação total estabelecida.

Outra divergência entre as pesquisas é em relação aos municípios que melhor pontuaram, enquanto no anuário português os municípios de categoria pequena em

sua maioria obtiveram menores índices de desempenho na presente pesquisa estes foram os que mais se destacaram na classificação geral.

A análise das variações em cada município permite verificar que grande parte dos municípios da região sofreu queda nos resultados de seus indicadores e voltou a crescer no ano de 2020, mesmo o primeiro colocado do *ranking*, o município de Cruzeiro do Iguaçu conforme observa-se no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** reduziu a pontuação em dez dos onze indicadores quando comparados os anos de 2017 e 2018.

Os indicadores que causaram maior impacto negativo sobre os resultados dos municípios de categoria grande foram, o Grau de Execução do Saldo Efetivo no município de Francisco Beltrão, o peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios Palmas, e o índice de peso do passivo exigível no município de Pato Branco. O desempenho destes municípios não ficou entre os melhores no *ranking*, pois apresentaram saldos maiores de passivos e, ou de despesas quando comparados aos demais municípios da região.

Os municípios com maior número de habitantes também não se destacaram positivamente na pesquisa de Soares *et.al* (2011), para os autores apesar de os municípios terem maior representatividade na economia frente aos demais municípios analisados, para eles “a classificação desses municípios na parte final do *ranking* é justificada devido aos altos níveis de endividamento, mesmo apresentando bons índices de arrecadação”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou o desempenho econômico-financeiro dos municípios do Sudoeste do Paraná no período de 2017 a 2020, por meio da avaliação de indicadores e da construção de um *ranking* global. Para a mensuração dos indicadores utilizou-se as premissas apresentadas no *ranking* global de análise orçamentária e financeira da 15ª edição do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

Apesar da obrigatoriedade da apresentação nos demonstrativos contábeis, conforme NBC T16.6, não foram identificadas Notas Explicativas nos balanços publicados na Plataforma do SICONFI. As Notas Explicativas compreendem informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não evidenciadas nas demonstrações contábeis, são parte integrante das demonstrações contábeis (Resolução CFC 1.133, 208, item 39 a 41). Devido à falta destas informações, alguns fatos relevantes podem não ter sido evidenciados, o que pode afetar a análise dos dados apresentados.

Após a análise dos dados coletados, conclui-se que, a gestão financeira-orçamentária nos municípios de categoria pequena possui melhor desempenho em relação aos demais municípios da região, pois os municípios de categorias média e grande obtiveram pontuação inferior a 50% do total de pontos estabelecidos no *ranking*. Enquanto os municípios pequenos ficaram entre as 22 primeiras posições no *ranking*, sendo que a primeira colocação foi ocupada pelo Município de Cruzeiro do Iguaçu com 1.380 pontos, de um total possível de 1.848 pontos.

Finalizando o estudo e atendendo aos objetivos propostos, propõe-se o *ranking* estabelecido nesta pesquisa como um modelo de avaliação das demonstrações contábeis públicas, que possibilitou uma apuração do desempenho econômico-financeiro dos municípios do Sudoeste do Paraná no período entre 2017 a 2020. O *ranking* oferece fundamentos para o gestor tomar decisões operacionais e estratégicas que tornem o serviço público eficaz, eficiente e econômico, e também uma ferramenta de análise para a população em geral.

Salienta-se, ainda, que a classificação obtida por cada município representa sua posição relativa aos demais, dentro da região. Com isso, um município com índice acima da média não significa estar numa situação ideal, mas sim que, no conjunto das variáveis observadas no estudo, apresenta-se em melhor situação que outro. Desse

modo, a ordem na classificação dos municípios não seria necessariamente a mesma, caso as variáveis consideradas fossem outras.

À vista que, os resultados deste estudo não cessam os debates acerca do tema, mas revelam-se importantes na medida em que explicitam subsídios que podem contribuir para elaboração de políticas mais coerentes com as especificidades existentes em cada município. Além disso, o tema poderá ser analisado sobre outras abordagens e/ou enfoques e à luz de outros elementos que não estão contidos nesta pesquisa. Aponta-se, com isso, a importância de estudos com maior abrangência, para análise do desempenho da região sob a ótica de outros métodos de análise das demonstrações, ou mesmo, apurar o desempenho na aplicação dos recursos públicos nos produtos e serviços oferecidos à população.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Mário Sérgio de. **Estudo dos Indicadores Orçamentários de Sustentabilidade**: Prefeitura Municipal De Curitiba. 2008. 105 f. Monografia (Especialista em Contabilidade e Finanças) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2008.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP. Disponível em: <<https://amsop.com.br/municipios>>; Acesso em 25 de abril de 2020.

BELÉM, Deusdete Cardoso. Contabilidade Pública e a Relevância dos Balanços. **Portal da Classe Contábil**, v. 1, p. 1-5, 2009. Disponível em: <https://classecontabil.com.br/artigos/auditoria-governamental-controle-ou-transparencia>; acesso em: 23 de abril de 2020.

BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. Inflação, Tributação e Competitividade. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 213-246, Jun. 2001. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11474/2/RB%2015%20Infla%c3%a7%c3%a3o%2c%20Tributa%c3%a7%c3%a3o%20e%20Competitividade_P_BD.pdf.

BOVO, José Murari. Gastos Sociais dos municípios e desequilíbrio financeiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v.35, n.1, Jan/fev. 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Portal da Legislação, Brasília, mai. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 15 setembro 2020

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da república, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.> Acesso em: 15 março 2020.

BRASIL. **Lei Complementar Federal nº 101**, de 4 de maio de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 07 outubro 2020.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública: teoria, prática e mais de 800 exercícios**. 5. ed. Rio de Janeiro, Elsevier: 2010.

CARVALHO, João; FERNANDES, Maria Jose; CAMÕES, Pedro; JORGE, Susana. **Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2003, no âmbito do projecto POCTI**. CPO/58391/2004 intitulado A Eficiência no Uso dos Recursos Públicos e a Qualidade da Decisão Municipal Portuguesa, Lisboa.

CARVALHO, João; FERNANDES, Maria Jose; CAMÕES, Pedro; JORGE, Susana. **Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2005, no âmbito do projecto POCTI**. CPO/58391/2004 intitulado A Eficiência no Uso dos Recursos Públicos e a Qualidade da Decisão Municipal Portuguesa, Lisboa.

CARVALHO, João; FERNANDES, Maria Jose; CAMÕES, Pedro. **Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2017**. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas 2018.

CARVALHO JÚNIOR, Pedro Humberto Bruno de. **Taxas cidadãos como instrumento de qualidade de vida urbana: análise, conflitos jurídicos e principais desafios**. 2009.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CGU –CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>> Acesso em: 23 de junho de 2021.

Conselho Federal de Contabilidade **NBC T 16.1 a 16.11** Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf. acesso em: 01 setembro 2020

CRUZ, Cláudia Ferreira da; AFONSO, Luís Eduardo. Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 126-148, jan. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000100126&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 outubro 2020.

DA ROZA, Mariana Costa; MACHADO, Débora Gomes; QUINTANA, Alexandre Costa. Análise bibliométrica da produção científica sobre contabilidade pública no Encontro de Administração Pública e Governança (ENAPG) e na Revista de Administração Pública (RAP), no período 2004-2009. **ConTexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 11, n. 20, p. 59-72, 2011.

DA SILVA, Maurício Corrêa; DA SILVA, José Dionísio Gomes. *Ranking* de desempenho da execução orçamentária por funções de governo dos 50 municípios mais populosos do Brasil em 2013 e determinação de suas funções significativas. **InterSciencePlace**, v. 10, n. 3, 2015.

DALMONECH, Luiz Fernando.; TEIXEIRA, Arilton; SANT'ANNA, Jose Mario Bispo. O impacto ex-post da Lei de Responsabilidade Fiscal no 101/2000 nas finanças dos estados brasileiros. **RAP—rio de Janeiro**, v. 45, n. 4, p. 1173-196, 2011.

DE MELO, Cármem Ozana; DA SILVA, Gerson Henrique. Desenvolvimento rural dos municípios da região sudoeste paranaense: uma proposta de medida através da análise fatorial. **Organizações Rurais e Agroindustriais/Rural and Agro-Industrial Organizations**, v. 16, n. 1511-2017-1802, p. 33-45, 2014.

DINIZ, Josedilton Alves; DA SILVA MACEDO, Marcelo Alvaro; CORRAR, Luiz João. Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. **Gestão & Regionalidade**, v. 28, n. 83, 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologias**. Saraiva Educação SA, 2001.

FERNANDES, Maria José da Silva., CAMÕES, Pedro Jorge Sobral. **Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2018**. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas 2019.

FILHO, Antônio José. A importância do controle interno na administração pública. **Revista Diversa, Parnaíba**, v. 1, n. 1, p. 85-99, jan./jun. 2008 Disponível em: http://capa.tre-rs.gov.br/arquivos/JOSE_controle_interno.PDF Acesso em: 10 outubro 2020.

FIIRST, Clóvis; PAMPLONA, Edgar; HEIN, Nelson; ZONATTO, Vinicius Costa da Silva. Eficiência de previsibilidade orçamentária da receita pública: um estudo em municípios do estado do Paraná entre os exercícios 2002 e 2013. **Revista de administração, contabilidade e economia**, v. 16, n. 3, p. 983-1008, 2017.

FRAGA, Luana dos Santos; DE MEDEIROS, Angélica Pott; VIEIRA, Kelmara Mendes; BENDER FILHO, Reisoli. Transparência da Gestão Pública: Análise em Pequenos Municípios do Rio Grande do Sul. **Gestão & Planejamento - G&P**, Salvador, v. 20, p.255-272, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/4731>. Acesso em: 09 abril 2021.

GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir. Influência da LRF sobre a gestão financeira: espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 3, p. 513-537, 2011.

GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. **Cad. estud.**, São Paulo, n. 21, p. 01-18, Aug. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511999000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 abril 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>; Acesso em 03 junho de 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública - Teoria e Prática**, 15ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. 9788597006391. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006391/>. Acesso em 17 outubro 2020.

KOHAMA, Heilio. **Balanços Públicos: Teoria e Prática**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015. 9788522496136. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496136/>. Acesso em: 2021 junho. 22.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Luciana Dias de. Federalismo fiscal e financiamento descentralizado do SUS: balanço de uma década expandida. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 573-598, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 outubro 2020

LINO, Pedro. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. Atlas. São Paulo, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MELLO, Gilmar Ribeiro de; VENZON, Caronine. **Estudo dos Gastos com Saúde, Educação e Pessoal nos Municípios do Sudoeste do Paraná**. In: **Congresso Usp De Contabilidade E Controladoria**, 14, 2014. Anais. São Paulo, 2014.

MENEZES, Ana Maria. **O processo de descentralização e as contas públicas: um estudo sobre as bases financeiras municipais baianas. 2002**. 000 f. Tese (Doutorado em Administração). Curso de pós-graduação em administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

NASCIMENTO, Savio. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo. Cortez:2004.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio.; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007.

PRADO, Otavio. **Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. 2004. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2004.

REIS, Anderson de oliveira; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; FERREIRA, Marjorie Angélica Sabioni. **Análise dos Fatores Determinantes da Transparência Orçamentária Pública em Nível Nacional**. In: **Congresso Usp. São Paulo**, 29 a 31 de julho de 2015. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos152015/74.pdf>. Acesso em: 07 outubro 2020.

REZENDE, Fernando. Os Desafios do Federalismo Fiscal. In: REZENDE, F. (Org.). **Desafios do Federalismo Fiscal**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

RIGHI, Marcelo Bruttj; CERETTA, Paulo Sergio. Análise Temporal das Receitas da Prefeitura Municipal de Santa Maria. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 3, p. 120-130, 2015.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva; PINHO, José Antônio Gomes. Transparência Na Administração Pública: O Que Mudou Depois Da Lei De Responsabilidade Fiscal? Um Estudo Exploratório Em Seis Municípios Da Região Metropolitana De Salvador. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 1, n. 1, p. 48-61, 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/2579>. Acesso em 25 outubro 2020.

SAMPIERI, Roberto Hernandez.; COLLADO, Carlos Fernández.; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Grupo A, 2013. 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

SILVA, Lino Martins da. A normatização da Contabilidade Governamental: fatores críticos que impactam as informações dadas aos usuários das informações contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2007.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. São Paulo: Atlas, 2004. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**, v. 8, 2014.

SILVA, Maurício Corrêa; DA SILVA, José Dionísio Gomes; BORGES, Erivan Ferreira; DE SOUZA, Fábila Jaiany Viana. *Ranking* de Desempenho de Municípios: Elaboração de um único Índice a partir do IDHM, IFDM e IRFS (*Performance Ranking of Municipalities: Development of a Single Index, from the IDHM, IFDM and IRFS*). **Veredas Favip-Revista Eletrônica de Ciências**, ano, v. 11, 2015.

SOARES, Maurélio; DE LYRA, Ricardo Luiz Wüst Corrêa. O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o *ranking* de gestão dos municípios catarinenses. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 5, p. 1425-1443, 2011.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 2, p.27-41, 2004.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, Municípios e Decisões e Legislativas: A Criação de Municípios no Rio Grande do sul. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 24, p. 123-148, 2005.

TREVISAN, Ronie; LÖBLER, Mauri Leodir; VISENTINI, Monize Sâmara; COELHO, Mary Cristine; GRABNER, Selia. Criação de um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira em Prefeituras Municipais. **Pensar Contábil**, v. 11, n. 43, 2009.

VARELA, Patrícia Siqueira; DE ANDRADE MARTINS, Gilberto; FÁVERO, Luiz Paulo Lopes. Desempenho dos municípios paulistas: uma avaliação de eficiência da atenção básica à saúde. **Revista de Administração**, v. 47, n. 4, p. 624-637, 2012.

ZANIN, Diones Fernandes; KRUG, Luana. ANÁLISE COMPARATIVA DOS GASTOS COM PESSOAL NOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 3, n. 3, p. 46-68, 2018.

ZUCCOLOTTO, Robson; DE PAIVA RIBEIRO, Clarice Pereira; ABRANTES, Luiz Antônio. **O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros.** *In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC.* 2008.